

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Daniela Fátima Sousa Abreu

**OS PAIS COMO PARTE DA SOLUÇÃO: O
IMPACTO DO PROGRAMA ANOS INCRÍVEIS
NO COMPORTAMENTO E COMPETÊNCIAS
SOCIAIS DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DO
PROJETO ADÉLIA**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica
Sistémica e da Saúde orientada pela Professora Doutora Maria
João Rama Seabra Santos e pela Professora Doutora Maria
Filomena Ribeiro Fonseca Gaspar e apresentada à Faculdade de
Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra**

Julho de 2023



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Daniela Fátima Sousa Abreu

**OS PAIS COMO PARTE DA SOLUÇÃO: O
IMPACTO DO PROGRAMA ANOS INCRÍVEIS
NO COMPORTAMENTO E COMPETÊNCIAS
SOCIAIS DAS CRIANÇAS NO CONTEXTO DO
PROJETO ADÉLIA**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica
Sistémica e da Saúde orientada pela Professora Doutora Maria
João Rama Seabra Santos e pela Professora Doutora Maria
Filomena Ribeiro Fonseca Gaspar e apresentada à Faculdade de
Psicologia e Ciências de Educação da Universidade de Coimbra**

Julho de 2023

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

Resumo

Enquadramento: O Programa Anos Incríveis Básico para pais, desenvolvido por Carolyn Webster-Stratton, tem demonstrado, ao longo dos anos, um impacto positivo no comportamento e competências sociais das crianças, através das mudanças nos estilos e práticas parentais. Ainda que a larga maioria da investigação existente sobre o programa realce a sua eficácia em contextos e com famílias e crianças de características diversas, algumas das características das crianças, das mães, da família e do programa são vistas como potenciais variáveis diferenciadoras dos efeitos do programa e, nesse sentido, além de ser relevante estudar o impacto do mesmo, torna-se ainda necessário compreender o efeito destas mesmas variáveis. *Objetivos:* (i) Compreender o impacto do programa AIBP no comportamento e competências sociais das crianças; (ii) Analisar o impacto diferencial de variáveis relacionadas com a criança, com a mãe, com a família e com o programa. *Método:* O estudo incidiu sobre uma amostra constituída por 93 crianças e seus pais, que frequentaram o programa AIBP no âmbito do projeto Adélia, promovido pela CNPDPCJ. Este seguiu um desenho longitudinal, em que os dados foram recolhidos através do Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ), aplicado antes e após a intervenção, para além de um questionário sociodemográfico respondido antes de iniciarem a intervenção. *Resultados:* O programa AIBP demonstrou a sua eficácia na redução significativa dos Problemas de Comportamento, Hiperatividade e no Total de Dificuldades, assim como num aumento significativo ao nível do Comportamento Pró-Social. Relativamente às análises diferenciais, foi possível compreender que o sexo da criança teve influência na mudança nos Problemas de Comportamento, uma vez que as crianças do sexo masculino apresentaram uma redução mais significativa a este nível do que as crianças do sexo feminino, assim como crianças que iniciaram o programa em risco de desenvolverem problemas de comportamento foram aquelas que mais aumentaram ao nível dos Comportamentos Pró-Sociais. Também a idade da mãe mostrou ser uma variável potencialmente relevante, uma vez que mães mais jovens foram as que relataram maiores reduções ao nível da Hiperatividade dos seus/suas filhos/filhas. Relativamente à área de residência, embora a diferença não seja significativa, as famílias residentes em Meios Predominantemente Urbanos demonstraram uma maior redução ao nível da Hiperatividade, assim como a modalidade de aplicação mista (presencial e *online*) demonstrou ter menos efeitos na redução dos Problemas de Comportamento e aumento dos comportamentos Pró-Sociais. *Discussão e conclusões:* Este estudo demonstrou a eficácia do programa AIBP na melhoria dos problemas de comportamento e competências sociais das crianças, levando-nos a compreender a sua importância no contexto do projeto Adélia, que teve como objetivo a promoção da parentalidade positiva e, conseqüentemente, a promoção dos direitos das crianças.

Palavras chave: Anos Incríveis Básico para Pais, Projeto Adélia, problemas de comportamento da criança, competências sociais da criança.

Parents as part of the solution: The impact of the Incredible Years program on children's behavior and social skills in the context of the Adélia Project

Abstract

Background: The Incredible Years Basic Parenting Program, developed by Carolyn Webster-Stratton, has been shown over the years to have a positive impact on children's behavior and social skills through changes in parenting styles and practices. Although the vast majority of existing research on the program highlights its effectiveness in contexts and with families and children of diverse characteristics, some of the characteristics of children, mothers, family and the program are seen as potential differential variables of the program's effects and, in this sense, in addition to being relevant to study its impact, it is also necessary to understand the effect of these same variables. *Objectives:* (i) To understand the impact of the AIBP program on children's behavior and social skills; (ii) To analyze the differential impact of variables related to the child, the mother, the family and the program. *Method:* The study focused on a sample of 93 children and their parents, who attended the AIBP program under the Adélia project, promoted by CNPDPCJ. This followed a longitudinal design, in which data were collected through the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ), administered before and after the intervention, in addition to a Sociodemographic questionnaire answered before starting the intervention. *Results:* The AIBP program demonstrated its effectiveness in significantly reducing Behavior Problems, Hyperactivity and Total Difficulties, as well as significantly increasing Pro-Social Behavior. Regarding the differential analyses, it was possible to understand that the sex of the child had an influence on the change in Behavior Problems, since male children showed a more significant reduction at this level than female children, as well as children who started the program at risk of developing behavior problems were those who increased the most at the level of Pro-Social Behavior. Also the age of the mother proved to be a potentially relevant variable, since younger mothers were the ones who reported the greatest reductions in the level of Hyperactivity of their children. Regarding the area of residence, although the difference is not significant, families living in Predominantly Urban Areas showed a greater reduction in Hyperactivity, as well as the mixed application modality (face-to-face and *online*) showed less effect on the reduction of Behavior Problems and increase in Pro-Social behaviors. *Discussion and conclusions:* This study demonstrated the effectiveness of the AIBP program on children's behavior and social skills, leading us to understand its importance in the context of the Adélia project, which aimed to promote positive parenting and, consequently, children's rights.

Key words: Incredible Years Parenting Basics, Adélia Project, child behavior problems, child social skills.

Agradecimentos

Aos meus pais, por todo o apoio e incentivo. Ao meu irmão, por me transmitir sempre leveza e alegria, e a toda a minha família por acreditarem sempre. A todos os meus amigos por estarem sempre lá e por tornarem os dias mais coloridos.

À Professora Doutora Maria João Seabra Santos e à Professora Doutora Maria Filomena Gaspar por toda a orientação, apoio e por tornarem esta caminhada mais bela, agradeço de coração por todas as aprendizagens e conhecimentos que me transmitiram.

À minha colega de dissertação Inês Rodrigues, com quem partilhei muitos dos medos e desafios, agradeço pela entajuda e por ter sido uma companheira neste percurso.

À Dra Mariana Pimentel, por toda a disponibilidade.

Agradeço ainda a todos os envolvidos no Programa Anos Incríveis para pais e a todos os participantes neste estudo. Sem vocês, não seria possível a realização da presente investigação.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual (revisão da literatura).....	3
1.1. Competências sociais e problemas de comportamento em crianças	3
1.2. A intervenção nos problemas de comportamento através de programa de apoio à parentalidade: o programa Anos Incríveis Básico para pais	4
1.3. O Projeto Adélia: contextualização e descrição	6
II - Objetivos	8
III - Metodologia	9
3.1. Desenho da investigação e procedimentos de recolha de dados	9
3.2. Amostra	9
3.2.1. Caracterização da amostra.....	9
3.3. Instrumentos	14
3.3.1. Questionário sociodemográfico de caracterização da família e da criança	14
3.3.2. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ).....	14
3.4. Intervenção parental	15
3.5. Análise de dados.....	16
IV - Resultados.....	17
4.1. Comparação de resultados pré e pós intervenção no SDQ.....	17
4.2. Análise de possíveis efeitos diferenciais	17
V - Discussão	24
VI - Conclusões.....	27
Bibliografia	30

Introdução

O apoio à parentalidade é fundamental na promoção dos direitos das crianças e jovens, como forma de garantir o seu bem-estar, diminuir as desigualdades e melhorar as suas oportunidades no futuro (Estratégia Nacional para os Direitos da Criança, 2020). Este apoio assume maior relevância em crianças que têm problemas de conduta e/ou que vivem em contextos familiares marcados por adversidade, nomeadamente sociais, uma vez que nessas situações há um risco acrescido de a criança poder desenvolver problemas de comportamento (Collins et al., 2000). Os estilos e as práticas educativas parentais encontram-se entre as variáveis que mais contribuem para o desenvolvimento positivo das crianças e, deste modo, para a redução das desigualdades relacionadas com problemas de comportamento destas (Berry et al., 2022).

O Programa Anos Incríveis Básico para Pais (AIBP), conceptualizado como um programa estruturado de educação parental, tem vindo a demonstrar a sua eficácia na transformação das práticas parentais e do comportamento das crianças (Leijten, Gardner et al., 2018, 2019; Seabra-Santos et al., 2019; Webster-Stratton, 2019), reduzindo o comportamento externalizante e aumentando as competências sociais destas (Seabra-Santos et al., 2016, 2019). O programa demonstra ainda ser eficaz em populações com características muito diversas (Leijten et al., 2015; Menting et al., 2013; Presnall et al., 2014; Seabra-Santos et al., 2016), salientando-se que o nível inicial de dificuldades da criança é apontado na literatura como a variável com maior influência nos efeitos do programa, uma vez que crianças que demonstram uma maior dificuldade inicial são aquelas que mais beneficiam do programa (Leijten et al., 2013, 2019, 2020; Leijten, Gardner et al., 2018, Menting et al., 2013). Também no contexto português, este programa demonstrou a sua eficácia, quer na redução de problemas de comportamento das crianças e aumento das suas competências sociais, quer nas mudanças das práticas e sentido de competência parental dos pais (Seabra-Santos et al., 2016, 2019).

Neste contexto, o programa AIBP foi um dos programas de apoio à parentalidade selecionados para o projeto Adélia, elaborado e gerido pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJCJ, 2018). É um projeto de apoio à parentalidade positiva com vista à promoção da participação e autonomia das crianças, assim como da saúde e bem-estar social e emocional das mesmas. O programa AIBP insere-se no eixo Mais Capacitação (CNPDPJCJ, 2018), concretizado em três zonas do país, o qual teve como objetivo a formação e supervisão de técnicos/as das Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) em três programas parentais, incluindo o programa AIBP. Foi lançado em junho de 2018 e terminou em junho de 2022, apesar da implementação dos programas ter continuado. Os dados da presente dissertação foram recolhidos no âmbito desse projeto.

Nesta investigação propomo-nos compreender a eficácia do programa AIBP, no contexto do Projeto Adélia, ao nível do comportamento e competências sociais das crianças cujos pais frequentaram o programa. É, ainda, nosso objetivo compreender se existe um impacto diferencial nessas mudanças em função de características relacionadas com a criança, as mães, a família e o programa. Desta forma, a presente dissertação é composta por seis partes. Inicia-se com um enquadramento conceptual onde caracterizamos o projeto Adélia e o programa AIBP e fazemos uma revisão da investigação sobre a sua eficácia na redução dos problemas de comportamento das crianças e no aumento das suas competências sociais, assim como de potenciais variáveis que podem moderar esses efeitos. Posteriormente, serão apresentados os objetivos do presente estudo, seguindo-se a metodologia, na qual se incluem os procedimentos de recolha de dados, a caracterização da amostra, a descrição dos instrumentos utilizados e procedimentos de análise dos dados. Na parte seguinte apresentam-se os resultados obtidos e, de seguida, na quinta secção, é apresentada uma discussão dos mesmos. Terminamos com as principais conclusões obtidas

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

através do estudo, assim como destacamos algumas das suas limitações e deixamos sugestões para futuras investigações.

I – Enquadramento conceptual (revisão da literatura)

1.1. Competências sociais e problemas de comportamento em crianças

As capacidades sociais podem ser definidas como a capacidade de aprender e utilizar, em vários ambientes, habilidades emocionais tais como a comunicação eficaz e a autodefesa (Dodge et al., 1986). Segundo a CASEL (2012, 2015), estas podem ser de natureza cognitiva, afetiva e comportamental, distribuindo-se por cinco domínios: autoconhecimento, consciência social, autorregulação, gestão de relacionamentos e tomada de decisão responsável.

Torna-se, ainda, importante salientar que um funcionamento socioemocional menos ajustado está associado a diversas dificuldades comportamentais (Domitrovich et al., 2010), pessoais, sociais e académicas (Seabra-Santos et al., 2016), enquanto um desenvolvimento adequado das competências sociais está associado a um aumento da probabilidade de integração com os pares e, conseqüentemente, a uma redução das dificuldades anteriormente descritas (Reinke et al, 2018; Seabra-Santos et al, 2019).

Os problemas de comportamento, outro foco da presente dissertação, podem ser divididos entre problemas de tipo internalizante e externalizante. Diferenciam-se, segundo o manual DSM-V (Associação de Psiquiatria Americana, 2013/2023), por os problemas internalizantes estarem relacionados com sintomas de ansiedade, depressão e somáticos, enquanto os problemas externalizantes estão relacionados com impulsos, conduta disruptiva e uso de substâncias ilícitas. Segundo Borsa e Nunes (2008) poderá haver outra diferença entre estes dois tipos de problemas de comportamento: os problemas externalizantes afetam diretamente o ambiente em que a criança se encontra, enquanto o mesmo não acontece com os problemas internalizantes, cujo impacto se restringe ao mundo interno da criança.

Comportamentos como a hiperatividade, agressividade e incumprimentos são frequentes em crianças na idade pré-escolar e, como é afirmado por diferentes autores, podem ser considerados normativos, ou seja, expectáveis nesta idade (Gardner & Shaw, 2008; Seabra-Santos et al., 2016, 2019). Contudo, alguns destes comportamentos influenciam negativamente a vida familiar e escolar das crianças, assim como as relações que estabelecem com os pares e adultos, devido à sua intensidade (Seabra-Santos et al., 2016) e, neste caso, tornam-se perturbadores e há necessidade de intervenção. Como é referido na literatura, nas crianças com problemas de conduta o desenvolvimento das competências sociais pode estar comprometido (Seabra-Santos et al., 2016) e estas crianças podem, muitas vezes, ser rejeitadas pelos seus pares (Dodge & Pettit, 2003). Por este motivo podem ter menos oportunidades de desenvolverem comportamentos socialmente aceitáveis (Seabra-Santos et al., 2016), o que aumenta o risco de exclusão social, comportamentos antissociais/ agressivos, abandono escolar, problemas de saúde mental e menor sucesso académico (Hutchings et al., 2006; Reinke, et al., 2018; Scott et al., 2001; Webster-Stratton, 2011).

É, ainda, fundamental salientar que, embora algumas das crianças que demonstram problemas de conduta na infância não apresentem problemas significativos ao longo do seu desenvolvimento, outras continuarão a mostrar dificuldades (Campbell et al., 2000; Gardner & Shaw, 2008). Há a probabilidade de terem problemas a nível escolar e mais tarde, na idade adulta, terem problemas de saúde física e mental, o que pode conduzir a situações de desemprego, exclusão social e até comportamentos de cariz criminal (Erskine et al., 2016; Webster-Stratton, 2019). Por este motivo os problemas de conduta na infância são o maior preditor de problemas de conduta no futuro (Moffitt & Caspi, 2001).

Nesse sentido, uma vez que, como procurámos mostrar, as competências sociais influenciam a integração e o desenvolvimento individual (Chernyshenko et al., 2018), é possível compreender a importância da realização de intervenções o mais cedo possível, no sentido de haver uma maior probabilidade de um aumento destas mesmas competências e de redução dos problemas de comportamento (Seabra-Santos et al., 2016; Webster-Stratton, 2011) e, deste modo,

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

prevenir trajetórias de desenvolvimento mal-adaptativas.

1.2. A intervenção nos problemas de comportamento através de programa de apoio à parentalidade: o programa Anos Incríveis Básico para pais

Os programas estruturados de educação parental, como é o caso do programa Anos Incríveis Básico para pais (AIBP), têm como objetivo, entre outros, o aumento das capacidades sociais das crianças (Seabra-Santos et al., 2019; Webster-Stratton, 2019), assim como são recomendados para os pais adquirirem competências para lidar com problemas de comportamento disruptivos (Leitjen, Raaijmakers et al., 2018; Leijten et al., 2019; Webster-Stratton, 2019). A mudança nas práticas parentais, tornando-as mais positivas e respeitadoras, mostra ser uma mudança fundamental para a diminuição dos problemas de comportamento infantil (Gardner et al., 2009, 2019; Sousa, 2016), interrompendo um ciclo negativo estabelecido nas interações entre os pais e as crianças (Leijten et al., 2019). Embora as práticas e os estilos educativos parentais não sejam o único fator explicativo dos problemas de comportamento das crianças, a sua mudança constitui certamente parte da solução (Gardner & Shaw, 2008; Sousa, 2016).

O programa AIBP, conceptualizado como uma intervenção estruturada de educação parental, é um programa altamente investigado que tem provado a sua eficácia em modificar as práticas parentais e o comportamento das crianças (Leijten, Gardner et al., 2018, Leijten et al., 2019; Seabra-Santos et al., 2019; Webster-Stratton, C., 2019), diminuindo comportamentos relacionados com a hiperatividade e problemas de comportamento, reduzindo deste modo o comportamento externalizante e, simultaneamente, aumentando as competências sociais (Seabra-Santos et al., 2016, 2019).

De acordo com os objetivos do programa AIBP, em cada sessão são abordados, com recurso a metodologias ativas, conteúdos, tais como: o brincar centrado na criança, promovendo relações positivas pai/mãe-criança e o desenvolvimento cognitivo, da persistência, social e emocional das crianças; o elogio e as recompensas, dando ênfase ao aumento do comportamento positivo; a colocação de limites, aumentando a previsibilidade e deste modo prevenir a ocorrência de comportamentos negativos; o ignorar, redirecionar, distrair, como forma de diminuir os comportamentos negativos; assim como a utilização de consequências e do tempo de pausa para intervir quando esses comportamentos negativos ocorrem. Desta forma, na primeira metade do programa o foco é na promoção de comportamentos positivos, enquanto que na segunda metade do programa o foco é na redução de comportamentos negativos (Webster-Stratton, 2011).

O programa foi conceptualizado para ser aplicado em formato grupal, com base em algumas vantagens associadas a este formato, nomeadamente poder reduzir o estigma social por vezes associado à frequência deste tipo de programas, aumentar a rede informal de suporte dos pais, estimular a partilha de conhecimentos, ao mesmo tempo que normaliza os desafios que os pais estão a sentir, dando-lhes motivação e aumentando, assim, o seu sentido de competência parental e autoeficácia (Pontoppidan, 2015). Além disso, para Webster-Stratton (2015) este tipo de formato traz ainda vantagens como o aumento da saúde mental dos pais devido ao suporte dado pelo grupo, a redução do isolamento e estigmatização dos participantes, o aumento das redes de suporte dos mesmos, havendo, igualmente, uma relação custo-benefício mais favorável.

Existem algumas variáveis que a investigação tem indicado que podem influenciar o impacto da intervenção do programa AIBP. Passamos a apresentar os resultados de alguns estudos que avaliaram o efeito de algumas dessas variáveis “moderadoras”.

O nível socioeconómico é uma dessas variáveis. O programa AIBP tem demonstrado ser eficaz com uma grande diversidade de famílias (Leijten et al., 2015; Menting et al., 2013; Presnall et al., 2014; Seabra-Santos et al., 2016), com os resultados a indicar que as famílias com maior

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

desvantagem socioeconómica beneficiam deste programa da mesma forma (Berry et al., 2022; Leijten, Raaijmakers et al., 2018; Seabra-Santos et al., 2015) que as que possuem mais vantagem. Contudo, este resultado é influenciado pelo envolvimento dos pais no programa e, por este motivo, é importante desenvolver estratégias para envolver as famílias com maior desvantagem, pois são estas as que têm maior probabilidade de não se envolver (Berry et al., 2022). Entre estas estratégias encontram-se: conhecer a família antes da intervenção, contactar com os pais que faltam às sessões, disponibilizar transporte ou apoio financeiro necessário para os pais se deslocarem para o local da sessão, de forma a aumentar o envolvimento em famílias de baixo estatuto socioeconómico (Berry et al., 2022). Na investigação de Berry et al. (2022) o indicador de nível socioeconómico que demonstrou estar mais associado a este efeito foi a escolaridade da mãe, comparativamente a outros (baixo rendimento, monoparentalidade, parentalidade na adolescência e desemprego), uma vez que se verificou que uma baixa escolaridade materna está associado a uma redução do envolvimento no programa.

Relativamente à idade das crianças aquando da intervenção, há argumentos para defender que uma intervenção realizada mais cedo é mais eficaz do que mais tarde, uma vez que o cérebro está mais maleável (Gardner et al., 2019). Contudo, não há evidências na literatura que suportem esta mesma conclusão para o programa AIBP, mostrando-se igualmente eficaz independentemente da idade da criança (Gardner et al., 2019, Webster-Stratton & Bywater, 2019). A inexistência de diferenças significativas em função da idade, aquando da intervenção, poderá ser explicada pelo facto da plasticidade no comportamento da criança em resposta às mudanças parentais ser semelhante nas diferentes idades, ou, por outro lado, poderá ser o reflexo de que diferentes subtipos de comportamento disruptivo, quer em crianças mais novas ou mais velhas, influenciam a maleabilidade dos problemas (Gardner et al., 2019).

Os resultados da intervenção realizada através deste programa indicam que estes podem ser influenciados pelo nível inicial de sintomas de Perturbação de Hiperatividade / Déficit de Atenção (PHDA) (Azevedo et al., 2015), assim como pela severidade inicial de problemas de conduta, uma vez que são as crianças com mais problemas as que mais beneficiavam desta intervenção (Leijten et al., 2013, 2019, 2020; Leijten, Gardner et al., 2018; Menting et al., 2013). Este benefício diferencial a favor das crianças com mais problemas iniciais poderá ser explicado pela maior motivação parental para a mudança e pela existência de um maior espaço para a mesma acontecer (Leijten, Raaijmakers et al., 2018).

Contudo, relativamente a problemas emocionais, comparativamente aos problemas de comportamento, não é possível encontrar um grande consenso na literatura. Alguns estudos concluem que as crianças que demonstram problemas emocionais tiram também benefícios quando os pais participam nesta intervenção (Leijten, Gardner et al., 2018, Leijten et al., 2020), enquanto outros estudos demonstram que não haver uma melhoria nestes indicadores, nem ao nível do comportamento internalizante (Leijten, Raaijmakers et al., 2018).

No que se refere ao sexo da criança, não é possível encontrar na literatura um consenso quanto ao impacto diferente do programa em rapazes e raparigas. O estudo realizado por Gardner et al. (2010) demonstra que o programa tem um maior efeito nos rapazes, comparativamente às raparigas, efeito este que poderá ser influenciado pelo facto de os rapazes demonstrarem mais problemas externalizantes do que as raparigas. Contudo, outros estudos não chegam a esta mesma conclusão, uma vez que demonstram não haver uma diferença significativa no impacto da intervenção tendo em conta o género da criança (McMahon et al. 2008, citado em Weeland et al., 2017).

A modalidade de aplicação do programa AIBP é uma outra variável que poderá ter impacto nos seus resultados. No que se refere aos programas de apoio à parentalidade, e não especificamente ao programa AIBP, têm-se levantado várias questões acerca da eficiência da modalidade de aplicação *online*, não havendo um consenso na literatura acerca da mesma

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

(Spencer et al., 2020). Esta modalidade de aplicação tem sido muito utilizada e a sua efetividade em programas de educação parental tem sido confirmada, especificamente no aumento da parentalidade positiva, motivação dos próprios pais para a participação nestes programas, redução das interações negativas entre pais e crianças, confiança parental, comportamento positivo das crianças e satisfação parental (Spencer et al., 2020). Adicionalmente, a aplicação *online* poderá prevenir mais o abandono do programa por parte dos pais, uma vez que esta modalidade é mais acessível, reduzindo o estigma associado à participação no mesmo, sendo também mais rápido e fácil de completar as sessões, ao mesmo tempo que envolve um menor custo relacionado com os recursos necessários (Jones et al., 2013; McGoron & Ondersma, 2015). O programa AIBP foi conceptualizado para ser aplicado presencialmente. Porém durante a pandemia da Covid-19 a autora desenvolveu um conjunto de procedimentos que permitem a sua aplicação à distância (Webster-Stratton, 2020) e deste modo são necessárias investigações para avaliar a sua eficácia e efetividade nesta modalidade.

1.3. O Projeto Adélia: contextualização e descrição

O apoio à parentalidade é descrito por Ponzoni (2015) como a intenção de educar e empoderar os pais de forma a estes promoverem o bem-estar e desenvolvimento das crianças. São realçadas as formas de suporte informal, como as redes informais de suporte familiar, iniciativas escolares e movimentos comunitários, tendo como efeito uma melhoria ao nível do bem-estar das crianças, da sua integração social e saúde mental (Littmark et al., 2018).

Ao nível europeu, o apoio à parentalidade engloba uma variedade de intervenções, desde a informação e aconselhamento, à educação e treino, direcionado aos pais, com o objetivo de facilitar o papel das figuras parentais e de outros cuidadores (Ivan et al., 2015), sendo visto como uma forma de reduzir os custos públicos e de alcançar ganhos económicos e humanitários (Devaney et al., 2021).

A Convenção das Nações Unidas pelos Direitos das Crianças reconhece, ainda, a responsabilidade dos Estados membros de garantir apoio aos pais e famílias de forma a cumprirem os seus deveres segundo o melhor interesse da criança (Dolan et al., 2020). Assim, uma vez que o direito das crianças ao apoio parental está diretamente ligado ao princípio de que pais e outros cuidadores têm a responsabilidade de promover o desenvolvimento das mesmas (UNCRC, 1989, Art.18 para. 1), as várias formas de suporte familiar devem estar igualmente disponíveis para todas as crianças (UNCRC, 1989, Art.2).

O Conselho Europeu, por sua vez, reconhece a necessidade dos países continuarem a desenvolver iniciativas de apoio ao desenvolvimento da parentalidade positiva, tendo como base o pressuposto de que os direitos das crianças começam na família (Coutinho et al., 2012), devendo ainda ser disponibilizados, segundo a Recomendação 19 da Comissão de Ministros do Conselho da Europa (2006), mais recursos e apoios aos pais, que vão ao encontro dos objetivos anteriormente descritos (Almeida., 2020).

Assim sendo, a implementação dos programas de apoio parental ao nível europeu é, na maioria dos casos, responsabilidade de organismos locais, envolvendo agências públicas e privadas e organizações do setor voluntário (Devaney et al., 2021), uma vez que monitorizar, proteger e promover o bem-estar das crianças é central para assegurar os direitos das crianças (Camfield et al., 2009).

A nível nacional, Portugal tem seguido a recomendação da Comissão Europeia para «Investir nas crianças para quebrar o ciclo vicioso da desigualdade», adotando políticas e programas que visam promover os direitos das crianças e jovens, a fim de garantir o seu bem-estar, diminuindo as desigualdades e melhorando as oportunidades de futuro (Estratégia Nacional para os Direitos da Criança, 2020). Neste contexto foi elaborada e publicada, em 2020, a Estratégia Nacional para

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

os Direitos da Criança (ENDC), com o objetivo da construção colaborativa de um futuro comum, estruturante e sustentável em prol da proteção e promoção dos direitos das crianças e dos jovens, através de uma abordagem estratégica e holística. Esta é composta por cinco prioridades: a promoção do bem-estar e igualdade de oportunidades, o apoio às famílias e à parentalidade; a promoção do acesso à informação e à participação das crianças e jovens; a prevenção e combate à violência contra crianças e jovens; e a promoção da produção de conhecimento científico sobre os direitos das crianças e jovens (ENDC, 2020).

O Plano Nacional de Saúde [Direção Geral de Saúde (DGS), 2016] e o Programa Nacional para a Saúde Mental (DGS, 2017), reforçam ainda a importância das intervenções na comunidade para a promoção do bem-estar e da saúde mental, especificamente no que toca ao fortalecimento do conhecimento baseado na evidência e na partilha de boas práticas na saúde mental (DGS, 2017). Também a Coordenação Nacional para a Saúde Mental, CNSM (2008), com base no documento da Rede Europeia para a Promoção da Saúde Mental e a Prevenção das Perturbações Mentais, definiu como linha privilegiada de prevenção a implementação de programas de educação escolar para a saúde mental, nomeadamente os programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais (Seabra-Santos et al., 2016).

Na área social têm sido também implementadas medidas de apoio à família, nomeadamente quanto ao exercício das funções parentais, onde são incluídos programas de educação parental, apoio a famílias sinalizadas por medidas de promoção e proteção e criação de Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) (Instituto da Segurança Social, 2007), que têm como objetivo a prevenção de situações de risco e de perigo através do exercício de uma parentalidade positiva (Assembleia da República, 2013, p. 1942)

Neste contexto, tendo como objetivo a concretização dos Direitos Humanos de todas e cada uma das crianças em Portugal, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ, 2018) comprometeu-se com o desenvolvimento de medidas políticas de forma a construir uma parentalidade livre de violência, assim como com a promoção dos comportamentos parentais que respeitem os interesses e direitos da criança, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção. Tendo em conta estes objetivos, esta Comissão elaborou o Projeto Adélia, um projeto de apoio à parentalidade positiva com vista à promoção da participação e autonomia das crianças, assim como da saúde e bem-estar social e emocional, destinando-se a crianças e adolescentes, famílias com crianças e adolescentes, às Comissões de Proteção da Criança e Jovem, assim como a técnicos e outros profissionais de entidades locais com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ), que trabalham com famílias (CNPDPJ, 2018). Lançado em junho de 2018 terminou em junho de 2022 e foi cofinanciado pelo PO ISE (Programa Operacional Inserção Social e Emprego). Embora tendo terminado, as entidades capacitadas continuam, na sua maioria, a implementar os programas garantindo, assim, a sustentabilidade do projeto.

Teve como pilares quatro eixos sob os quais se desenvolveu: o eixo Mais Proteção, que tem em vista a capacitação das famílias para o exercício de uma parentalidade responsável através do desenvolvimento de Planos Locais de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ); o eixo Mais Famílias Positivas, com vista à sensibilização, seminários, *workshops* e campanhas de forma a promover a parentalidade positiva assim como os direitos das crianças e dos jovens; e o eixo Mais Inovação Social, incluindo um concurso de ideias e soluções inovadoras para a promoção da parentalidade positiva (CNPDPJ, 2018). Um quarto eixo, Mais Capacitação, visou a capacitação dos técnicos/as das ECMIJ, no domínio da melhoria das competências e desempenho parental.

Para a concretização deste quarto eixo foi constituído um protocolo de colaboração com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC), que envolveu uma equipa de docentes e colaboradores externos (CNPDPJ, 2018). Esta equipa teve

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

a responsabilidade da formação e supervisão dos técnicos em três programas parentais baseados em evidências (o AIBP, o Mais Família Mais Jovem e o Crianças no Meio do Conflito), assim como da avaliação do seu impacto, da fidelidade da sua aplicação e da sua aceitabilidade por técnicos e figuras parentais. Os dados utilizados no estudo empírico objeto desta dissertação foram recolhidos no âmbito deste projeto.

Através deste eixo foi também criado o Conselho Nacional de Crianças e Jovens, com o objetivo de incrementar a participação social e política em temáticas que são tratadas na CNPDPCJ, como é exemplo o tema dos Direitos da Criança (CNPDPJC, 2018).

II - Objetivos

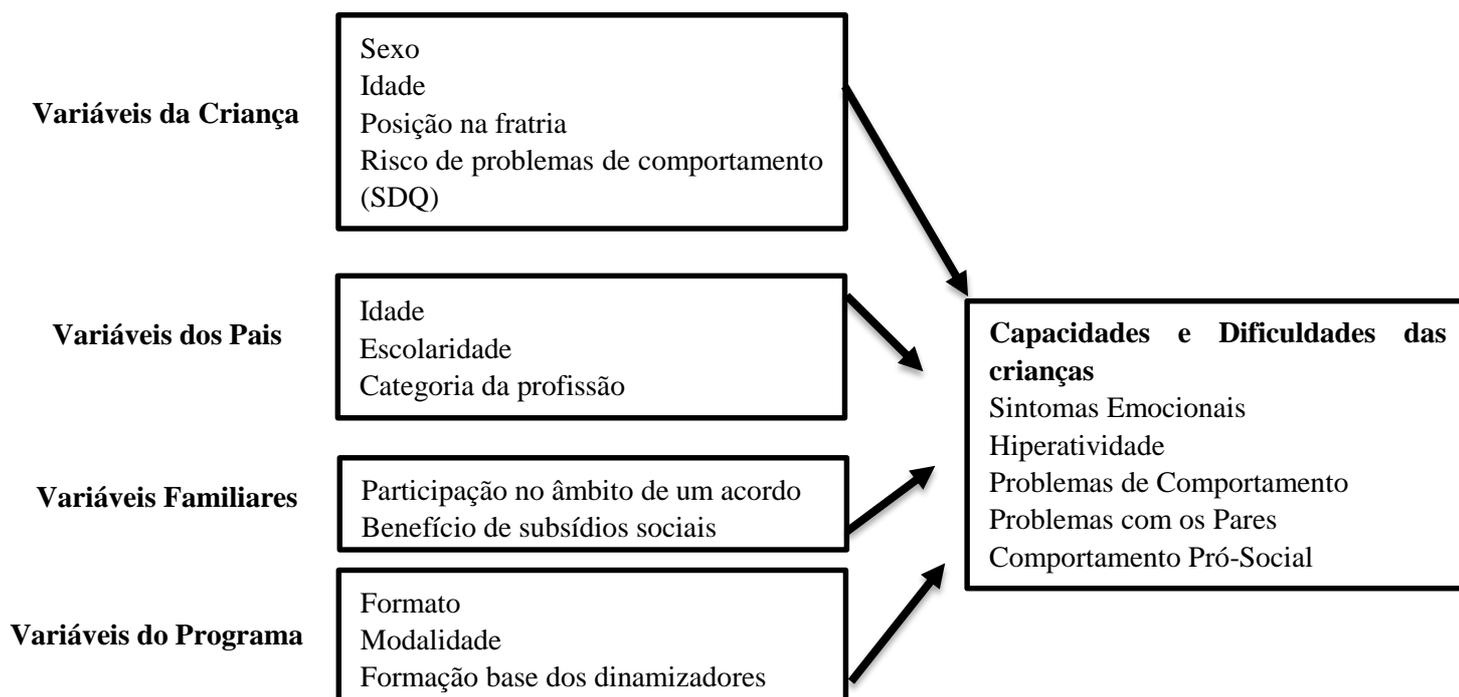
O presente estudo tem como objetivo geral explorar o impacto do programa Anos Incríveis Básico para pais, mais especificamente em relação a comportamentos e a competências sociais de crianças cujos pais frequentaram o programa no âmbito do Projeto Adélia. Com base na literatura consultada, colocamos como hipótese que haja um impacto positivo a estes níveis, decorrente da intervenção realizada (Gardner et al, 2009; 2019; Seabra-Santos et al., 2019; Sousa, 2016; Webster-Stratton, 2019). Concretamente, será objetivo comparar os comportamentos e competências sociais das crianças antes de os pais terem frequentado o programa Anos Incríveis, com estes mesmos comportamentos e competências avaliados após a intervenção.

Mais especificamente, pretendemos, ainda, estudar o impacto diferencial das seguintes variáveis, sobre a mudança nos comportamentos e competências sociais das crianças (cf. Figura 1):

- Características das crianças (i.e., sexo, idade, risco de problemas de comportamento e posição na fratria);
- Características dos pais (i.e., idade, escolaridade e categoria da profissão);
- Características das famílias (i.e., participação no programa no âmbito de um acordo com a entidade de apoio, benefício de subsídios sociais);
- Características do programa (i.e., formato de implementação do programa, isto é, individual ou grupal; modalidade de implementação do programa, ou seja, *online*, presencial ou mista; formação base dos dinamizadores).

Figura 1

Mapa concetual do estudo



III - Metodologia

3.1. Desenho da investigação e procedimentos de recolha de dados

O presente estudo segue um desenho longitudinal, com recolha de dados antes e após a intervenção. A recolha de dados ocorreu no contexto do Projeto Adélia, cuja descrição foi já detalhada anteriormente no enquadramento conceptual. Neste contexto, o projeto foi submetido à Comissão de Ética e Deontologia da Investigação (CEDI) da FPCEUC e validado pela mesma. Os objetivos da avaliação foram explicados aos pais previamente à sua participação nos grupos, tendo sido obtido o seu consentimento informado, no qual era explicitado que, mesmo que não pretendessem completar as avaliações (e, desse modo, não participar no estudo) poderiam, ainda assim, beneficiar do programa. Desta forma, os participantes no estudo são os pais que preencheram um conjunto de questionários antes e após frequentarem o programa, e ainda 6 meses após o termo do mesmo (estes últimos dados não são tratados no âmbito da presente dissertação).

A recolha foi iniciada em janeiro de 2020, tendo sido interrompida aquando do início da pandemia Covid 19 para posteriormente ser retomada a partir de setembro do mesmo ano, mas em formato *online*. Mais recentemente (2022), foi reiniciada a implementação do programa na modalidade presencial, sendo que a maioria dos dados mais recentes dizem respeito à dinamização de grupos nesta modalidade.

3.2. Amostra

3.2.1. Caracterização da amostra

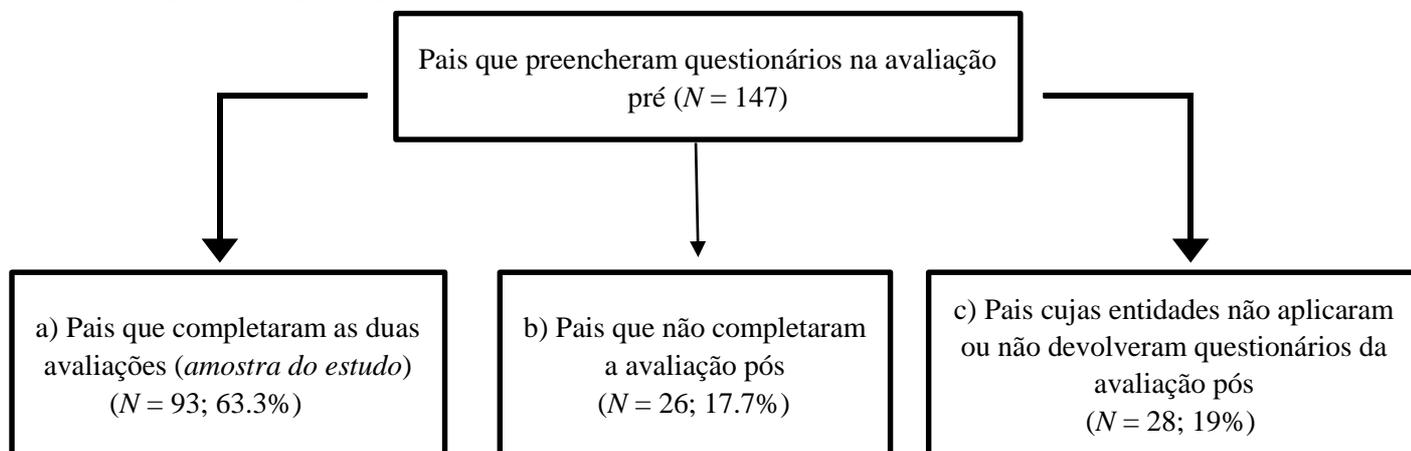
A amostra deste estudo foi selecionada com base num total de 147 crianças e os respetivos pais¹ participantes no programa AIBP e que completaram avaliações antes da intervenção. Destes, 93, ou seja, 63.3% completaram também a avaliação pós intervenção, e é sobre estes que irão

¹ O termo “pais” refere-se a mães, pais e outros cuidadores.

incidir as análises (amostra do estudo). Dos casos que não completaram a segunda avaliação, 17.4% não preencheram os questionários, enquanto em 19% dos casos foi a entidade que não procedeu à respetiva aplicação ou devolução.

Figura 2

Fluxograma dos participantes



A comparação entre os participantes que completaram as duas avaliações (a) e os que não completaram a segunda avaliação (b) permitiu concluir que estes dois grupos não diferiam significativamente quanto à idade da criança, à idade e categoria profissional da mãe, à existência de benefícios sociais ou modalidade de aplicação do programa. Contudo, eles diferiram significativamente quanto à existência de um acordo para participação no programa, com as famílias que participaram ao abrigo de um acordo a completar menos a segunda avaliação, $\chi^2(1, N = 90) = 10.75, p < .05$, em comparação com aqueles que não participaram ao abrigo de um acordo, assim como diferiam significativamente quanto à escolaridade da mãe, uma vez que as mães com maior escolaridade completaram mais a segunda avaliação, $\chi^2(2, N = 117) = 6.52, p < .05$, comparativamente às mães com menor escolaridade.

A caracterização da amostra é apresentada nas tabelas seguintes. Consoante as variáveis consideradas, o número de casos omissos varia entre 1 e 19.

Tabela 1

Caracterização da amostra: Variáveis relacionadas com as crianças (N = 93)

Variáveis sociodemográficas	N	%
Sexo		
Feminino	50	53.8
Masculino	43	46.2
Idade		
2	9	9.7
3	16	17.2
4	21	22.6
5	17	18.3
6	15	16.1
7	8	8.6
8	7	7.5
	<i>M = 4.7; DP = 1.7; Min = 2; Máx = 8</i>	
Posição na fratria		
Filho único	35	41.7
Primeiro filho	20	23.8
Segundo filho	23	27.4
Terceiro filho ou ordem superior	6	7.2
Risco de problemas de comportamento (SDQ)		
Baixo Risco	58	62.4
Em Risco	35	37.6

Na Tabela 1 encontra-se a caracterização da amostra, especificamente no que diz respeito às variáveis relativas às crianças. Estas têm entre 2 e 8 anos de idade ($M = 4.7$; $DP = 1.7$) sendo os 4 anos a idade mais frequente (22.6%). A maioria são filhos únicos (41.7%) e, quando têm irmãos, ocupam o primeiro (23.8%) ou o segundo lugar (27.4%) na fratria. Relativamente ao risco de desenvolverem problemas de comportamento, a maioria das crianças encontrava-se em risco baixo na primeira avaliação (62.4%), enquanto as restantes podiam ser classificadas com estando “em risco” (37.6%).

Tabela 2*Caracterização da amostra: Variáveis relacionadas com os pais (N = 93)*

Progenitor	Variáveis sociodemográficas	N	%
Mãe	Idade		
	<30	12	13.8
	[30 - 34]	16	18.4
	[35 - 39]	39	44.8
	≥40	20	23.0
	<i>(M = 35.97 ; DP = 5.73; Mín = 19; Máx = 50)</i>		
	Escolaridade		
	1º a 3º ciclos	19	22.1
	Secundário	21	24.4
	Bacharelato ou superior	46	53.5
	Situação profissional		
	Empregada	75	87.2
	Desempregada	9	10.5
	Outro	2	2.3
	Profissão		
Nível baixo	11	15.3	
Nível intermédio	29	40.3	
Nível elevado	32	44.4	
Estado civil			
Casada/ união	68	79.1	
Solteira	13	15.1	
Divorciada/ separada	5	5.8	
Pai	Idade		
	<35	14	19.4
	[35 - 39]	27	37.5
	≥40	31	43.1
	<i>(M = 38.92; DP = 6.32; Min = 23; Max = 57)</i>		
	Escolaridade		
	1º a 3º ciclos	22	31.0
	Secundário	19	26.8
	Bacharelato ou superior	30	42.3
	Situação profissional		
	Empregado	68	91.9
	Desempregado	5	6.8
	Outro	1	1.4
	Profissão		
	Nível baixo	22	31.9
Nível intermédio	19	27.5	
Nível elevado	28	40.6	
Estado civil			
Casado/união	65	90.3	
Solteiro	5	6.9	
Divorciado/ separado	2	2.8	

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia
 Daniela Fátima Sousa Abreu (e-mail: danielaabreu1313@gmail.com) 2023

A Tabela 2 caracteriza, por sua vez, as variáveis relacionadas com as mães e pais das crianças participantes no estudo. Tal como se pode observar, as mães têm idades compreendidas entre os 19 e os 50 anos ($M = 35.97$; $DP = 5.73$) enquanto os pais têm idades compreendidas entre os 23 e os 57 anos ($M = 38.92$; $DP = 6.32$). A maioria das mães e dos pais tem escolaridade ao nível do bacharelato ou superior (53.5% e 42.3%, respetivamente).

A caracterização profissional dos participantes foi feita tendo em conta as categorias da Classificação Portuguesa das Profissões (Instituto Nacional de Estatística, 2010), que recodificámos segundo três grandes grupos: profissões de Nível Elevado (que inclui as categorias Dirigente de Quadros Superiores e Profissionais Intelectuais e Científicos), profissões de Nível Intermédio (que inclui as categorias Profissionais e Técnicos de Nível Intermédio, Pessoal Administrativo e Similares e Pessoal dos Serviços e Vendedores) e profissões de Nível Baixo (que inclui as categorias de Trabalhadores da Agricultura e Pecuária, Operários, Artífices e Similares, Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores Não Qualificados). Desta forma, tanto as mães como os pais, que na sua maioria se encontram empregados (87.2% e 91.9%, respetivamente), ocupam-se sobretudo em profissões de nível elevado (44.4% e 40.6%, respetivamente). Relativamente ao estado civil, a maioria, isto é, 79.1% das mães e 90.3% dos pais, estão casados ou vivem em união de facto.

Tabela 3

Caracterização da amostra: Variáveis relacionadas com a família (N = 93)

Variáveis sociodemográficas	N	%
Participa no programa no âmbito de um acordo		
Sim	11	14.9
Não	63	85.1
Beneficia de subsídios sociais		
Sim*	25	28.1
Não	64	71.9
*Tipo de Benefícios Sociais		
Escalão A	8	33.3
Escalão B	12	50.0
Outros	4	16.7
Tipologia da localidade de residência		
APU	62	69.7
AMU	13	14.6
APR	14	15.7

Nota. APU: Área Predominantemente Urbana; AMU: Área Medianamente Urbana; APR: Área Predominantemente Rural.

A Tabela 3 apresenta as variáveis relacionadas com a família. Tal como se pode observar, 14.9% das famílias que compõem a amostra participou no programa no âmbito de um Acordo (e.g., Acordo de Promoção e Proteção). Cerca de 30% das crianças beneficia de Apoio Social Escolar, sendo que a maioria destas (50%) recebe um benefício de Escalão B, que representa um benefício menor que o Escalão A (Despacho n.º 921/2019, 2019). Quanto à localidade de residência destas famílias com base na Tipologia de Áreas Urbanas do Instituto Nacional de

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia
Daniela Fátima Sousa Abreu (e-mail: danielaabreu1313@gmail.com) 2023

Estatística (2014), a grande maioria mora numa Área Predominantemente Urbana - APU (69.7%).

3.3. Instrumentos

Aos pais participantes no programa AIBP no âmbito do projeto Adélia foi pedido que preenchessem cinco questionários. Tendo em conta os objetivos da presente dissertação, são analisadas as respostas a dois destes instrumentos, designadamente um questionário sociodemográfico de caracterização da família e da criança e o Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ, Goodman, 2001; versão portuguesa de Fleitlich et al., 2005).

3.3.1. Questionário sociodemográfico de caracterização da família e da criança

Este questionário, criado no âmbito do projeto Adélia, pretende recolher dados de caracterização da criança (como, por exemplo, o sexo, a idade e se usufrui ou não de subsídios sociais) e do agregado familiar (por exemplo, a idade, escolaridade e profissão dos pais), sendo composto por questões de resposta aberta e breve, e por questões de resposta fechada, de escolha dicotómica ou múltipla.

3.3.2. Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

O Questionário de Capacidades e Dificuldades foi desenvolvido por Robert Goodman, tendo sido traduzido e adaptado para utilização em Portugal (Goodman, 2001; versão portuguesa de Fleitlich et al., 2005). Este instrumento avalia o funcionamento global das crianças e adolescentes entre os 2 e os 16 anos de idade, através das respostas fornecidas pelos pais ou professores, relativamente ao comportamento da criança nos últimos seis meses. Neste estudo foi usada uma versão que se destina a ser respondida por pais de crianças com idades compreendidas entre os 4 aos 16 anos (Fleitlich et al., 2005).

O instrumento é composto por 25 itens organizados em cinco subescalas, avaliando, desta forma, cinco dimensões: Sintomas Emocionais, Hiperatividade, Problemas de Comportamento, Problemas com os Pares e Comportamento Pró-Social. Cada uma destas escalas é composta por cinco itens, sendo as respostas dadas de acordo com uma escala de tipo Likert, com três opções: “Não é verdade”, “É um pouco verdade” ou “É muito verdade”, sendo que a opção intermédia é sempre cotada com 1, enquanto as outras duas opções podem variar entre 0 ou 2, conforme o modo como o item está formulado (em sentido direto ou em sentido inverso). Assim, o resultado total de cada subescala poderá variar entre 0 e 10, sendo possível calcular um Total de Dificuldades a partir da soma dos resultados das quatro primeiras subescalas, resultado este que varia entre 0 e 40 (Fleitlich et al., 2005).

O questionário apresenta propriedades psicométricas aceitáveis para a amostra portuguesa. A consistência interna, avaliada através do alfa de Cronbach, é inferior a .60 na subescala Problemas com Pares (mais precisamente, é igual a .52) enquanto nas restantes subescalas os valores são iguais ou superiores a .60, mas inferiores a .70 (designadamente, .66 para Sintomas Emocionais; .61 para Problemas de Comportamento; e .68 para Hiperatividade). Por outro lado, a subescala de Comportamento Pró-Social apresenta um alfa de .71 e o Total de Dificuldades um valor de alfa de .78 (Abreu-Lima et al., 2010). No nosso estudo os valores de alfa são de .73 para a escala de Problemas Emocionais, .65 para a escala Problemas de Comportamento, .72 para a escala de Hiperatividade, .60 para a escala Problemas com os Pares, .75 para a escala de Comportamento Pró-Social e .60 para o Total de Dificuldades. Desta forma, a consistência interna do nosso estudo, segundo George and Mallery (2003), é aceitável nas escalas de Problemas Emocionais, Hiperatividade e Comportamentos Pró-Sociais; e Questionável nas escalas Problemas de Comportamento, Problemas com os Pares e no Total de Dificuldades.

3.4. Intervenção parental

Os pais participantes neste estudo frequentaram o programa de educação parental AIBP (versão revista em 2008, segundo Webster-Stratton & Reid, 2010), o qual foi pensado para ser implementado presencialmente, ao longo de 14 a 20 sessões semanais de 2 horas, trabalhando os conteúdos concretos já referidos no Enquadramento (e.g., brincar centrado na criança, elogio, ignorar, consequências).

Para aplicação do Programa descrito neste estudo, em cada uma das três regiões abrangidas pelo projeto Adélia (Norte, Centro e Alentejo) as CPCJ identificaram Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ) com potencial para desenvolver os projetos-piloto. Na seleção destas entidades foram considerados critérios como: entidades que abrangessem uma maior área geográfica de intervenção; disponibilidade para a disseminação e implementação dos programas, de modo a garantir a continuidade da educação parental envolvendo o maior número possível de famílias; instalações, logística e equipamentos adequados à implementação dos programas; compromisso de que os técnicos selecionados (preferencialmente profissionais com formações académicas diversas) frequentassem as sessões de formação e também as de supervisão. Foram estabelecidos protocolos de colaboração entre a CNPDPCJ, enquanto instituição proponente, e as entidades que manifestaram interesse em se envolver no projeto Adélia. Em cada uma destas entidades, 20 profissionais obtiveram formação num dos programas selecionados para a intervenção, entre os quais o programa AIBP. Posteriormente, os profissionais que receberam formação implementaram o programa junto de pais abrangidos pela sua entidade empregadora: dois facilitadores quando aplicado em formato grupal ou um facilitador se implementado em formato individual (CNPDPJ, 2018). Durante a aplicação do programa os profissionais tiveram a possibilidade de receber supervisão por parte da equipa da FPCEUC (pelo menos 10 sessões ao longo de quatro anos).

Face às restrições impostas pela pandemia quanto à circulação e concentração de pessoas, em 2020 ficou impossibilitada a reunião de grupos numa sala, pelo que houve necessidade de adaptação do programa AIBP, resultando numa adaptação do programa à modalidade *online*. Esta necessidade levou a que a autora do programa criasse um conjunto de orientações para apoio à dinamização deste na modalidade *online* (Webster-Stratton, 2020). Para além disto, houve também a preocupação de atender às necessidades específicas das famílias, nestes anos tão atípicos. Nesse sentido, as recomendações incluíam a necessidade de compreender a disponibilidade, motivação e capacidade dos pais para a realização de sessões em grupo *online*. Os dinamizadores foram incentivados a utilizar as ferramentas disponíveis na plataforma Zoom, tais como o *chat* e o “quadro branco”, a partilha de ecrã para apresentar algumas cenas dos DVD no sentido de promover uma aprendizagem experiencial, havendo ainda a sugestão de, quando possível, combinar sessões em grupo com sessões individuais.

A questão da literacia digital dos participantes foi ainda tida em conta, sendo recomendado que os dinamizadores destes grupos compreendessem quais as plataformas que os pais tinham disponíveis, assim como se necessitariam de suporte técnico, de forma a assegurar a participação dos mesmos nesta modalidade (Webster-Stratton, 2020). Deste modo, e de acordo com os dados apresentados na Tabela 4, muitos dos grupos Anos Incríveis dinamizados no âmbito do projeto Adélia decorreram na modalidade *online* (41.3%) ou mista (isto é, em parte presencial e em parte *online*, 28.3%) o que constituiu uma novidade em relação à aplicação do programa pré-pandemia.

Para a grande maioria dos participantes o programa foi dinamizado no formato grupal (93.5%), o que impossibilitou a análise comparativa dos dois formatos de aplicação (grupal/individual) prevista como um objetivo desta dissertação. Em 61.3% dos casos, um dos dinamizadores era psicólogo.

Tabela 4

Caracterização da amostra: Variáveis relacionadas com a participação no Programa (N = 93)

Variáveis de aplicação do Programa	N	%
Modalidade		
Presencial	28	30.4
Online	38	41.3
Misto	26	28.3
Formato		
Grupal	86	93.5
Individual ou familiar	6	6.5
Formação base dos dinamizadores		
Ambos psicólogos	6	6.5
Um psicólogo	57	61.3
Nenhum psicólogo	30	32.3

3.5. Análise de dados

Para o tratamento estatístico dos dados da presente investigação foi utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 27.0. Para a análise dos resultados no SDQ foram realizadas imputações nos casos de dados omissos, substituindo cada item não respondido pelo valor médio do conjunto dos itens da respetiva subescala preenchidos pelo sujeito. Apenas em duas situações o número de respostas em falta era superior a 12%, correspondendo nesses casos a 20 e a 24% do total dos itens. Porém, uma vez que as respostas em falta se encontravam dispersas pelas várias subescalas, optou-se por fazer imputações em vez de excluir os casos. Nas situações em que ambos os pais responderam aos questionários ($N = 11$) considerou-se nas análises as respostas das mães, enquanto cuidadoras principais. Assim, os resultados assentam nas respostas de 87 mães e 6 pais.

A consistência interna dos questionários foi estimada através do coeficiente alfa de Cronbach. Para comparação entre o grupo de participantes que respondeu à avaliação antes e após a intervenção (amostra do estudo) e os que se perderam no segundo momento foi utilizado o teste do Qui-quadrado para as variáveis categoriais (escolaridade e categoria profissional da mãe, participação no âmbito de um acordo, existência de benefícios sociais e modalidade de aplicação do programa) e o teste t para amostras independentes no caso de variáveis escalares (idade da criança e da mãe).

A comparação entre as respostas dadas ao questionário SDQ, antes e após a intervenção, foi efetuada através do teste t para amostras emparelhadas e avaliado o tamanho dos efeitos através do d de Cohen (1988), que define um tamanho de 0.20 como pequeno, um tamanho de 0.50 como médio e um de 0.80 como grande. Para perceber o efeito da interação entre as categorias de variáveis independentes (e.g., rapaz/rapariga, para o sexo) e o tempo (pré/pós intervenção) recorreu-se a ANOVA de Medidas Repetidas, Modelo Linear Geral. Para efetuar estas análises, algumas variáveis foram recodificadas por forma a aumentar o n em categorias com menos sujeitos e, deste modo, tornar os grupos em comparação mais homogéneos quanto ao número de sujeitos (e.g., escolaridade da mãe).

O nível de risco de problemas de comportamento foi definido tendo em conta os resultados no Total de Dificuldades abaixo do percentil 80 (baixo risco) ou acima deste percentil (em risco), de acordo com dados do SDQ disponíveis para a população portuguesa (Abreu-Lima et al., 2010). Nestas últimas análises o tamanho do efeito foi calculado através do Eta-Quadrado Parcial, cuja interpretação, segundo Cohen (1988), considera efeitos pequenos, médios ou grandes para valores de .001, .006 e 0.14, respetivamente.

IV - Resultados

De acordo com os objetivos estabelecidos para a presente dissertação, serão analisados os resultados do instrumento SDQ, comparando os que foram obtidos antes da intervenção, com os alcançados após a mesma. Posteriormente, serão ainda apresentados os resultados em função de variáveis potencialmente diferenciadoras, de forma a compreender se estas tiveram algum impacto no modo como as respostas ao SDQ evoluíram entre os momentos pré e pós intervenção.

4.1. Comparação de resultados pré e pós intervenção no SDQ

Na Tabela 5 encontram-se as médias e os desvios-padrão dos resultados obtidos no SDQ nos dois momentos de avaliação (pré e pós intervenção), tendo em conta as suas cinco subescalas (Dificuldades Emocionais, Problemas de Comportamento, Hiperatividade, Problemas com os Pares e Comportamento Pró-Social) e o Total de Dificuldades, assim como os resultados do teste t para amostras emparelhadas, correspondentes à comparação dos resultados obtidos nos dois momentos, e os tamanhos dos efeitos (d de Cohen). Assim, é possível verificar que ocorreram mudanças significativas nas subescalas Problemas de Comportamento, $t(92) = 5.45$, $p < .001$, Hiperatividade, $t(92) = 3.12$, $p < .05$, Comportamento Pró-Social, $t(92) = -3.57$, $p < .05$, assim como no Total de Dificuldades, $t(92) = 4.62$, $p < .001$, enquanto nas escalas Sintomas Emocionais, $t(92) = 1.93$, $p = .057$, e Problemas com os Pares, $t(92) = 1.97$, $p = .053$, os valores obtidos estão no limiar da significância estatística. Desta forma, o maior tamanho do efeito é relativo à subescala Problemas de Comportamento ($d = .57$), sendo este valor considerado médio a elevado, tal como acontece no Total de Dificuldades ($d = .48$). Nas subescalas Hiperatividade e Comportamento Pró-Social obtêm-se efeitos com tamanho médio, podendo os valores alcançados nas restantes subescalas ser classificados como pequenos.

Tabela 5

Comparação dos resultados pré e pós intervenção no SDQ

Variáveis em comparação		N	M	DP	t	p	d
Problemas emocionais	Pré	93	2.66	2.26	1.93	.057	.20
	Pós	93	2.23	2.04			
Problemas de comportamento	Pré	93	2.94	1.86	5.45	.000	.57
	Pós	93	2.18	1.65			
Hiperatividade	Pré	93	5.31	2.47	3.12	.002	.32
	Pós	93	4.73	2.53			
Problemas com os pares	Pré	93	1.86	1.82	1.97	.052	.20
	Pós	93	1.53	1.67			
Comportamento pró-social	Pré	93	7.98	1.92	3.57	.001	.37
	Pós	93	8.46	1.65			
Total de dificuldades	Pré	93	12.76	5.98	4.62	.000	.48
	Pós	93	10.67	5.85			

4.2. Análise de possíveis efeitos diferenciais

Tendo em conta o objetivo de analisar as diversas variáveis que podem ter efeitos diferenciadores sobre os resultados, foi calculado o impacto das mesmas ao nível das subescalas Problemas de Comportamento, Hiperatividade e Comportamento Pró-Social do SDQ, uma vez que foram estas as subescalas que demonstraram uma maior mudança após a intervenção (cf. Tabela 5).

De acordo com a Tabela 6, relativa à análise diferencial na subescala Hiperatividade, é possível compreender que as variáveis independentes em análise (sexo, idade, posição da criança na fratria e risco de problemas de comportamento; escolaridade e categoria profissional da mãe; participação no âmbito de um acordo, benefício de subsídios sociais, área de residência; modalidade e formação base dos dinamizadores) não tiveram impacto significativo naquilo que foi a diferença entre os resultados obtidos no pré e pós intervenção ao nível da Hiperatividade. Contudo, encontramos uma variável com impacto significativo nesta mesma diferença, referente à idade da mãe, em que houve uma maior redução da Hiperatividade em crianças cujas mães tinham 34 anos ou idade inferior, comparativamente às mães com 35 anos ou idade superior, $F(1, 90) = 4.49, p < .05$, com um tamanho do efeito pequeno a médio ($\eta^2_p = .048$). Tal como é possível observar na Figura 2, na primeira avaliação as mães mais novas avaliaram os níveis de hiperatividade das suas crianças como sendo mais elevados, mas na segunda avaliação os valores atribuídos por mães mais velhas e mais novas foram muito próximos. No que diz respeito à área de residência encontramos uma diferença no limiar da significância estatística, $F(1, 87) = 3.36, p = .07$, com as crianças residentes em meios predominantemente urbanos a mudarem tendencialmente mais do que as residentes em meios medianamente urbanos ou rurais, com um tamanho do efeito pequeno a médio ($\eta^2_p = .037$).

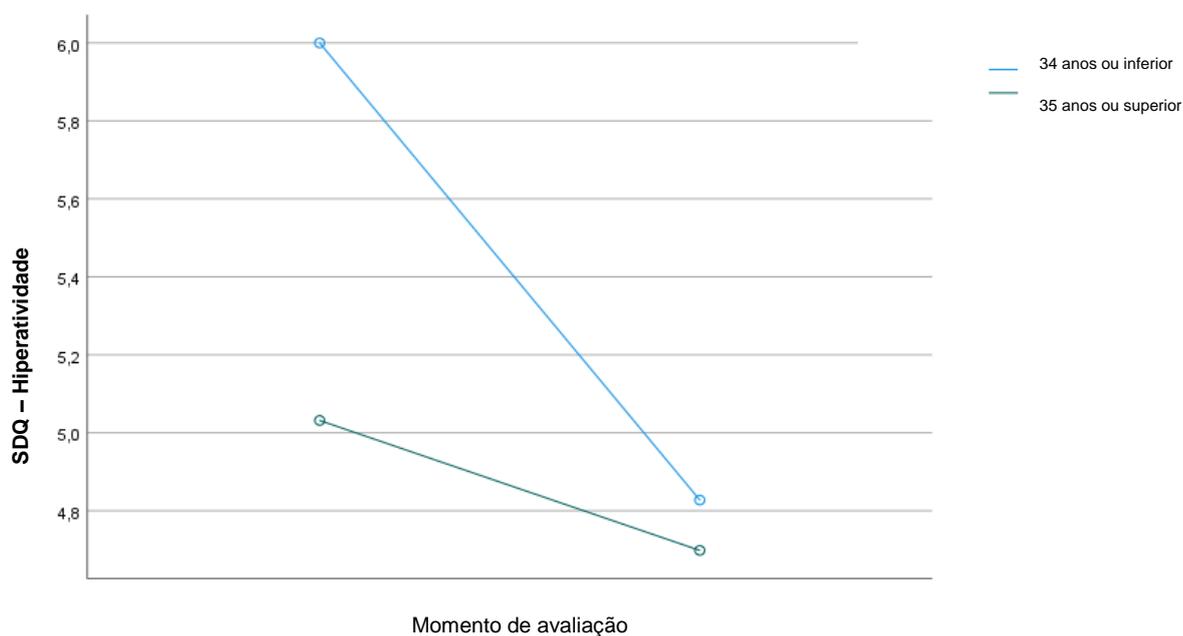
Tabela 6
Análises diferenciais da subescala de Hiperatividade

Variáveis	N	Pré intervenção M (DP)	Pós intervenção M (DP)	T1-T2 F (p)	η^2_p
Criança					
Sexo					
Feminino	50	4.74 (2.61)	4.30 (2.70)	0.66 (.42)	.007
Masculino	43	5.98 (2.13)	5.23 (2.26)		
Idade					
2 e 3 anos	25	5.52 (1.83)	4.80 (1.94)	0.11 (.90)	.002
4 e 5 anos	38	4.82 (2.57)	4.26 (2.48)		
6 ou mais anos	30	5.77 (2.75)	5.27 (2.97)		
Posição na fratria					
Filho único	35	5.23 (2.59)	4.60 (2.52)	0.01 (.99)	.000
Primeiro filho	20	5.50 (2.48)	4.85 (2.52)		
Segundo filho ou superior	29	5.07 (2.49)	4.48 (2.64)		
Risco de problemas de comportamento					
Baixo risco	66	4.47 (2.23)	3.92 (2.14)	0.09 (.77)	.001
Em risco	27	7.37 (1.71)	6.70 (2.37)		
Mãe¹					
Idade					
34 anos ou inferior	29	6.00 (2.12)	4.83 (2.09)	4.49 (.04)	.048
35 anos ou superior	63	5.03 (2.57)	4.70 (2.75)		
Escolaridade					
Ensino secundário ou inferior	44	5.68 (2.36)	5.16 (2.24)	0.04 (.85)	.000
Ensino superior	47	4.94 (2.51)	4.34 (2.79)		
Categoria Profissional					
Nível baixo ou intermédio	34	5.15 (2.38)	4.32 (2.75)	0.72 (.40)	.009
Nível superior	44	5.39 (2.68)	4.91 (2.62)		
Família					
Âmbito de um acordo					
Não	63	5.27 (2.50)	4.68 (2.59)	0.99 (.32)	.014
Sim	11	6.27 (2.37)	5.09 (2.30)		
Benefício de subsídios sociais					
Não	64	5.14 (2.48)	4.45 (2.61)	1.11 (.30)	.013
Sim	25	5.44 (2.49)	5.20 (2.35)		
Área de residência					
APU	62	5.58 (2.30)	4.77 (2.49)	3.36 (.07)	.037
AMU ou APR	27	4.70 (2.77)	4.63 (2.80)		
Programa					
Modalidade					
Presencial	28	5.54 (2.60)	4.93 (2.76)	0.49 (.62)	.011
Online	38	5.63 (2.39)	4.87 (2.45)		
Misto	26	4.54 (2.39)	4.23 (2.44)		
Background dos formadores					
Pelo menos um psicólogo	63	5.32 (2.40)	4.67 (2.49)	0.30 (.59)	.003
Nenhum psicólogo	30	5.30 (2.64)	4.87 (2.66)		

¹Optou-se pelo termo “mãe” porque a maioria dos participantes são mães. Contudo, estão também incluídos 6 pais.

Figura 2

Evolução da Hiperatividade em função da idade das mães



Relativamente à subescala Problemas de Comportamento, é possível compreender, de acordo com a Tabela 7, que a maioria das variáveis independentes em análise (as mesmas referidas anteriormente) não tiveram impacto significativo naquilo que foi a diferença entre os resultados obtidos no pré e pós intervenção. Contudo, uma das variáveis em análise, designadamente o sexo da criança, teve impacto significativo nesta mesma diferença, verificando-se uma maior redução nos Problemas de Comportamento nos rapazes, comparativamente às raparigas, $F(1, 91) = 9.22, p < .001$, associado a um tamanho do efeito médio a grande ($\eta^2_p = .09$). Tal como na situação anterior, também neste caso as avaliações diferem no primeiro momento, na medida em que os rapazes são classificados como apresentando mais problemas de comportamento, enquanto na segunda avaliação os valores atribuídos a rapazes e a raparigas foram muito próximos (cf. Figura 3). Quanto à variável “risco de problemas de comportamento” encontramos uma diferença no limiar da significância estatística, $F(1, 91) = 3.44, p = .07$, com as crianças classificadas como estando em risco na primeira avaliação a mudarem mais do que as de baixo risco, e um tamanho do efeito pequeno a médio ($\eta^2_p = .036$). Na variável “modalidade” de apresentação do programa, e embora a diferença obtida entre os momentos pré e pós intervenção não se mostre estatisticamente significativa, $F(2, 89) = 2.38, p = .10$, observamos um efeito de tamanho médio ($\eta^2_p = .051$), sendo registados tendencialmente mais ganhos nas crianças cujos pais frequentaram o programa presencialmente ou *online*, em comparação com os que o frequentaram em modalidade mista.

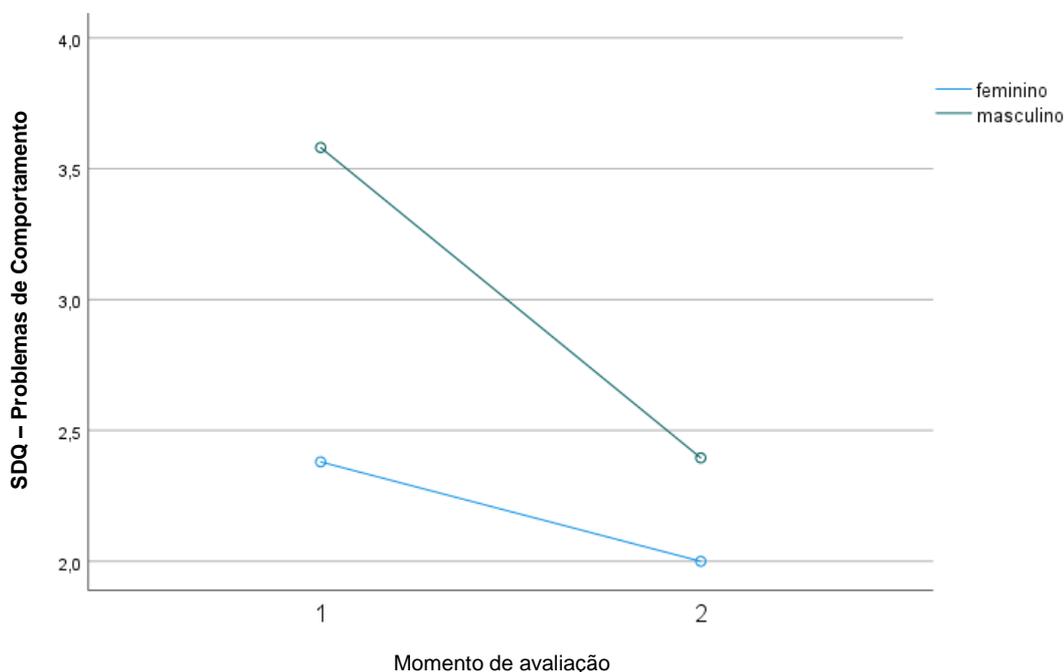
Tabela 7*Análises diferenciais da subescala de Problemas de Comportamento*

Variáveis	N	Pré intervenção M (DP)	Pós intervenção M (DP)	T1-T2 F (p)	η^2_p
Criança					
Sexo					
Feminino	50	2.38 (1.62)	2.00 (1.50)	9.22 (.00)	.092
Masculino	43	3.58 (1.94)	2.40 (1.80)		
Idade					
2 e 3 anos	25	3.28 (1.72)	2.64 (1.73)	0.14 (.87)	.003
4 e 5 anos	38	2.55 (1.75)	1.79 (1.28)		
6 ou mais anos	30	3.13 (2.08)	2.30 (1.92)		
Posição na fratria					
Filho único	35	2.60 (1.87)	2.06 (1.43)	1.19 (.31)	.029
Primeiro filho	20	3.20 (1.74)	2.20 (1.94)		
Segundo filho ou superior	29	3.21 (2.01)	2.28 (1.81)		
Risco de problemas de comportamento					
Baixo risco	66	2.30 (1.36)	1.71 (1.11)	3.44 (.07)	.036
Em risco	27	4.48 (2.05)	3.33 (2.15)		
Mãe¹					
Idade					
Inferior a 34 anos	29	2.98 (2.04)	2.28 (1.53)	0.01 (.93)	.000
35 anos ou superior	63	2.87 (1.76)	2.16 (1.72)		
Escolaridade					
Ensino secundário ou inferior	44	3.07 (1.98)	2.23 (1.66)	0.85 (.36)	.009
Ensino superior	47	2.74 (1.74)	2.15 (1.68)		
Categoria Profissional					
Nível baixo ou intermédio	34	2.85 (1.46)	1.97 (1.29)	0.05 (.83)	.001
Nível superior	44	3.09 (2.22)	2.27 (1.97)		
Família					
Âmbito de um acordo					
Não	63	2.86 (1.83)	2.16 (1.52)	0.07 (.79)	.001
Sim	11	3.27 (2.28)	2.45 (1.97)		
Benefício de subsídios sociais					
Não	64	2.69 (1.62)	2.05 (1.36)	1.29 (.26)	.015
Sim	25	3.36 (2.22)	2.36 (2.00)		
Área de residência					
APU	62	3.00 (1.86)	2.19 (1.55)	0.47 (.50)	.005
AMU ou APR	27	2.74 (1.91)	2.15 (1.96)		
Programa					
Modalidade					
Presencial	28	3.11 (1.93)	2.25 (1.46)	2.38 (.10)	.051
Online	38	3.13 (1.70)	2.16 (1.72)		
Misto	26	2.38 (1.98)	2.12 (1.82)		
Background dos formadores					
Pelo menos um psicólogo	63	2.70 (1.77)	2.00 (1.50)	0.32 (.57)	.004
Nenhum psicólogo	30	3.43 (2.00)	2.57 (1.89)		

¹Optou-se pelo termo “mãe” porque a maioria dos sujeitos são mães. Contudo, estão também incluídos 6 pais.

Figura 3

Evolução dos Problemas de Comportamento em função do sexo da criança



De acordo com a Tabela 8, relativa ao Comportamento Pró-Social, as mudanças observadas não mostraram ser significativamente diferentes em função das categorias das variáveis independentes em análise, com exceção do risco de problemas de comportamento, uma vez que as crianças que se encontravam em risco antes da intervenção foram aquelas que mais aumentaram os seus comportamentos pró-sociais, comparativamente àquelas que se encontravam em baixo risco, $F(1, 91) = 13.83, p < .001$, sendo o tamanho de efeito grande ($\eta^2_p = .13$). Tal como é possível observar na Figura 4, esta diferença deveu-se, sobretudo, ao aumento do comportamento pró-social por parte das crianças em risco entre os dois momentos de avaliação, o que as aproximou do grupo de baixo risco. Tal como na subescala de Problemas de Comportamento, observa-se um efeito de tamanho médio ($\eta^2_p = .050$) na variável “modalidade” de apresentação do programa, e embora a diferença obtida entre o pré e o pós intervenção não se mostre estatisticamente significativa, $F(2, 89) = 2.35, p = .10$, registam-se tendencialmente mais ganhos nas crianças cujos pais frequentaram o programa presencialmente ou *online* do que naquelas em que os pais o frequentaram em modalidade mista.

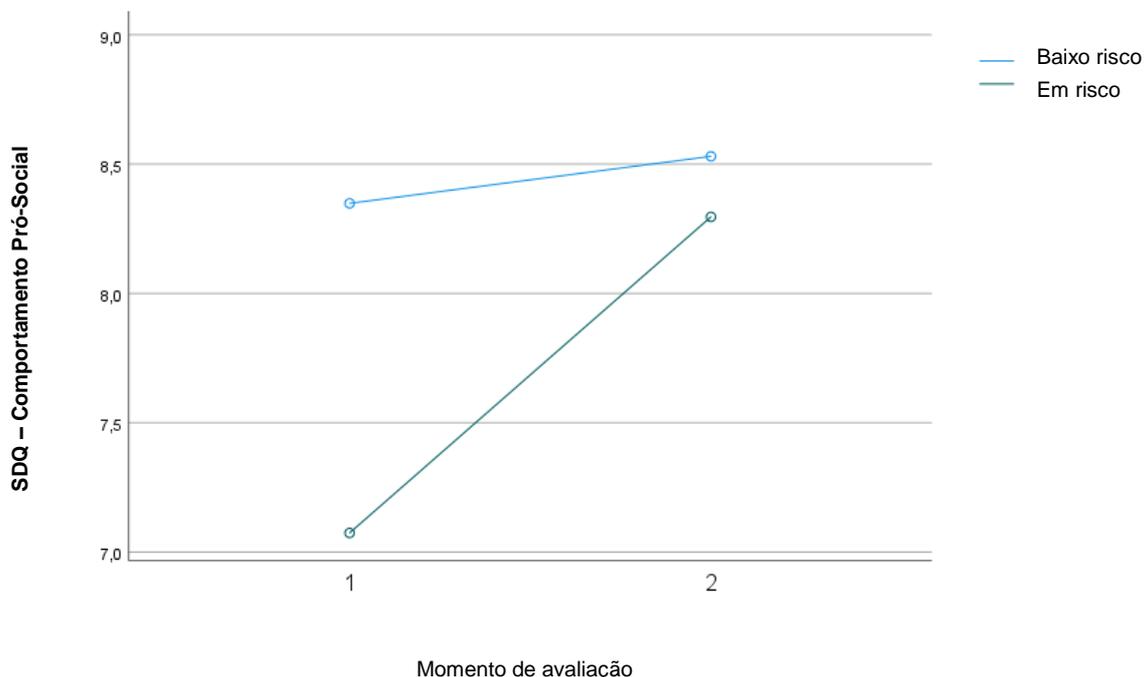
Tabela 8
Análises diferenciais da subescala Comportamento Pró-Social

Variáveis	N	Pré intervenção M (DP)	Pós intervenção M (DP)	T1-T2 F (p)	η^2_p
Criança					
Sexo					
Feminino	50	8.62 (1.46)	8.96 (1.32)	1.31 (.26)	.014
Masculino	43	7.23 (2.13)	7.88 (1.80)		
Idade					
2 e 3 anos	25	7.96 (1.72)	8.28 (1.75)	0.31 (.73)	.007
4 e 5 anos	38	7.71 (1.83)	8.21 (1.76)		
6 ou mais anos	30	8.33 (2.17)	8.93 (1.34)		
Posição na fratria					
Filho único	35	8.17 (1.82)	8.40 (1.63)	1.19 (.31)	.029
Primeiro filho	20	7.70 (2.11)	8.45 (1.70)		
Segundo filho ou superior	29	8.38 (1.64)	8.93 (1.10)		
Risco de problemas de comportamento					
Baixo risco	66	8.35 (1.59)	8.53 (1.54)	13.83 (.00)	.132
Em risco	27	7.07 (2.34)	8.30 (1.90)		
Mãe ¹					
Idade					
Inferior a 34 anos	29	7.97 (2.01)	8.21 (1.86)	1.19 (.28)	.013
35 anos ou superior	63	8.03 (1.87)	8.59 (1.55)		
Escolaridade					
Ensino secundário ou inferior	44	7.86 (2.06)	8.39 (1.60)	0.13 (.72)	.001
Ensino superior	47	8.19 (1.74)	8.62 (1.65)		
Categoria Profissional					
Nível baixo ou intermédio	34	8.24 (1.78)	8.88 (1.45)	0.61 (.44)	.008
Nível superior	44	7.80 (2.06)	8.20 (1.71)		
Família					
Âmbito de um acordo					
Não	63	7.98 (1.86)	8.49 (1.73)	0.11 (.74)	.001
Sim	11	8.00 (2.00)	8.36 (1.50)		
Benefício de subsídios sociais					
Não	64	7.86 (1.98)	8.42 (1.79)	0.61 (.44)	.007
Sim	25	8.56 (1.47)	8.88 (.97)		
Área de residência					
APU	62	7.98 (1.96)	8.45 (1.64)	0.17 (.69)	.002
AMU e APR	27	7.89 (1.89)	8.48 (1.76)		
Programa					
Modalidade					
Presencial	28	7.61 (2.03)	8.07 (1.94)	2.35 (.10)	.050
Online	38	8.00 (1.90)	8.79 (1.36)		
Misto	26	8.35 (1.85)	8.42 (1.68)		
Background dos formadores					
Pelo menos um psicólogo	63	8.11 (1.68)	8.52 (1.53)	0.58 (.45)	.006
Nenhum psicólogo	30	7.70 (2.35)	8.33 (1.88)		

¹Optou-se pelo termo “mãe” porque a maioria dos sujeitos são mães. Contudo, estão também incluídos 6 pais.

Figura 4

Evolução do Comportamento Pró-Social em função do risco de problemas de comportamento



V - Discussão

A presente investigação teve como objetivo principal analisar o impacto do programa AIBP ao nível do comportamento e competências sociais de crianças cujos pais participaram no projeto Adélia. Além disso, foi ainda objetivo compreender o impacto diferencial do programa em função de variáveis da criança, da mãe, da família e de especificidades da aplicação do programa.

Tendo em conta o objetivo principal do estudo, os resultados vão ao encontro da literatura existente (Leijten, Gardner et al., 2018, Leijten et al., 2019; Seabra-Santos et al., 2016, 2019; Webster-Stratton, 2019) no que diz respeito à eficácia do programa AIBP na diminuição significativa de problemas relacionados com hiperatividade e problemas de comportamento, sobretudo externalizantes e, por outro lado, no aumento das competências sociais. Com efeito, foi possível observar, respetivamente, uma redução significativa ao nível das subescalas de Hiperatividade e Problemas de Comportamento, assim como um aumento significativo da subescala de Comportamento Pró-Social no instrumento de avaliação que utilizámos, o SDQ.

Apesar de não encontrarmos uma diminuição significativa ao nível dos Problemas Emocionais e dos Problemas com os Pares, houve, ainda assim, em ambas as subescalas, uma diminuição que se encontra no limiar de significância estatística. Ao nível dos Problemas Emocionais, esta diminuição menos evidente pode ser enquadrada na falta de consenso na literatura acerca deste indicador, havendo alguns estudos que demonstram não haver um impacto significativo a este nível. Assim, a demonstração da eficácia do programa encontra-se mais consolidada para problemas externalizantes do que para problemas internalizantes (Leijten, Raaijmakers et al., 2018). Em relação aos Problemas com os Pares, a redução observada vai ao encontro da literatura que afirma que, através da intervenção direta com os pais, o programa AIBP capacita estes enquanto “treinadores” de competências sociais nas crianças e “modelos” eficazes de competências socioemocionais, promovendo o ajustamento socioemocional da criança (Seabra-Santos, et al., 2016), o que, indiretamente, terá impacto na relação com os seus pares.

O estudo do impacto diferencial do programa em função de variáveis relacionadas com a criança (sexo, idade, posição na fratria), a mãe (idade, escolaridade, categoria profissional), a família (participação no âmbito de um acordo, benefícios de subsídios sociais, tipologia da localidade de residência), ou com especificidades da aplicação do programa (modalidade de aplicação e formação base dos dinamizadores), levou à verificação de que a maioria destas variáveis não teve impacto ao nível dos resultados obtidos nas subescalas analisadas (aquelas para as quais se observou uma mudança significativa, ou seja, Hiperatividade, Problemas de Comportamento e Comportamento Pró-Social). Tal pode ser indicador de que o programa tem um impacto significativo, independentemente das diferentes condições representadas por essas variáveis. Este resultado está alinhado com a generalidade da literatura, que comprova que o programa AIBP é eficaz para uma grande diversidade de famílias, independentemente do seu nível socioeconómico (Leijten et al., 2017; Seabra-Santos et al., 2016), da idade (Menting et al., 2013; Seabra-Santos et al., 2016) e sexo da criança (Presnall et al., 2014; Seabra-Santos et al., 2016), e da idade (Seabra-Santos et al., 2016) e escolaridade da mãe (Menting et al., 2013; Presnall et al., 2014; Seabra-Santos et al., 2016).

Passamos agora a discutir o que pode justificar, para cada grupo de variáveis (criança, mães, família e programa), os resultados obtidos, quer quando não se observa um efeito diferencial quer quando este é observado. Quanto às características da criança, mais especificamente quanto ao sexo, não há consenso relativamente ao diferente impacto do programa tendo em conta esta variável (McMahon et al. 2008, citado em Weeland et al., 2017). No presente estudo observou-se um impacto significativo do sexo ao nível da evolução dos Problemas de Comportamento, uma vez que crianças do sexo masculino iniciaram o programa com níveis mais elevados mas, após a intervenção, registaram uma diminuição mais significativa a este nível, comparativamente às crianças do sexo feminino, sendo os dois grupos equivalentes no segundo momento de avaliação. Este resultado vai ao encontro do estudo realizado por Gardner et al. (2010), que indica que o programa tem um maior efeito nos rapazes, comparativamente às raparigas, efeito este que poderá estar relacionado com o facto de aqueles apresentarem à partida mais problemas externalizantes do que estas.

Relativamente à idade da criança, os resultados do nosso estudo indicam a inexistência de um impacto diferencial, estando alinhados com a literatura que não encontra evidências que comprovem que o facto de os pais frequentarem o programa quando a criança é mais nova tenha um impacto mais positivo (Gardner et al., 2019; Webster-Stratton & Bywater, 2019). Isto pode ser explicado pelo facto de a plasticidade no comportamento da criança em resposta às mudanças parentais ser semelhante nas diferentes idades, ou poderá ser o reflexo de que diferentes subtipos de comportamento disruptivo, presentes em crianças mais novas ou mais velhas, influenciam a maleabilidade dos problemas (Gardner et al., 2019). A posição na fratria foi ainda outra das variáveis para a qual foram feitas análises de carácter exploratório, dada a escassez de investigação neste domínio. Os resultados mostraram que esta variável não influencia o impacto do programa ao nível dos diferentes comportamentos da criança, demonstrando que este tem efeito semelhante, independentemente da posição que a criança ocupa na fratria.

Analisando as dificuldades iniciais da criança no que toca ao risco de problemas de comportamento, observou-se uma diferença significativa ao nível do impacto no Comportamento Pró-Social, e uma diferença que se encontra no limiar da significância estatística no impacto nos Problemas de Comportamento. Assim, crianças que iniciaram o programa em risco de desenvolverem problemas de comportamento foram aquelas que mais aumentaram os seus comportamentos pró-sociais e que mais diminuíram os seus problemas de comportamento. Estes resultados vão ao encontro da literatura que afirma que crianças que demonstram problemas de comportamento mais severos são aquelas que mais beneficiam desta intervenção (Azevedo et al., 2015; Leijten et al., 2013, 2019, 2020; Leijten, Gardner et al., 2018; Menting et al., 2013) uma

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

vez que há uma maior motivação parental para a mudança e um maior espaço para a mesma (Leijten, Raaijmakers et al., 2018).

Refletindo agora sobre o impacto de variáveis relacionadas com as mães, a idade demonstrou um impacto significativo ao nível da Hiperatividade, uma vez que houve uma maior redução na hiperatividade das crianças relatada pelas mães mais novas (34 anos ou idade inferior). Este impacto diferencial pode ser compreendido pelo maior espaço para a mudança (Leijten, Raaijmakers et al., 2018), uma vez que as mães mais novas relataram mais problemas no início da intervenção, comparativamente às mães com 35 anos ou idade superior, o que, por sua vez lhes dá mais espaço para registar mudança. Embora, tanto quanto é do nosso conhecimento, não haja estudos a suportar este resultado, podemos colocar como hipótese que as mães mais novas, por serem mais inexperientes, tenham dificuldade acrescida em lidar com comportamentos hiperativos por parte das crianças, o que pode justificar as diferenças no primeiro momento de avaliação e, ao mesmo tempo, aumentar o espaço disponível para a mudança. Deste modo, após a intervenção estas mães poderão ter melhorado a sua autoeficácia o que, conseqüentemente, pode ter conduzido a uma maior diminuição dos problemas de hiperatividade das crianças (Seabra-Santos et al., 2016).

Independentemente do nível escolar das mães as crianças beneficiam igualmente do programa, ocorrendo o mesmo relativamente à sua categoria profissional. Se tivermos em conta que a escolaridade e categoria profissional são importantes marcadores do nível socioeconómico, observamos que a desvantagem socioeconómica não se traduz em desvantagem quanto aos ganhos conseguidos na sequência do programa AIBP, tal como foi demonstrado em diversos outros estudos, que puseram em evidência o facto de o programa ser eficaz para famílias com diferentes *backgrounds* socioeconómicos (Berry et al., 2022; Gardner et al., 2019; Seabra-Santos et al., 2015). Porém, a tipologia da área de residência mostrou ser uma variável que, apesar de não apresentar impacto significativo ao nível das escalas avaliadas, demonstrou uma diferença no limiar da significância estatística no que se refere à subescala de Hiperatividade, indicando que crianças que residem em meios predominantemente urbanos diminuem mais ao nível da hiperatividade após intervenção com o programa AIBP, comparativamente às crianças residentes em meios medianamente urbanos ou rurais. Sendo esta análise exploratória, uma possível explicação para esta diferença poderá ser o facto de crianças residentes em meios predominantemente urbanos terem valores mais elevados na subescala de hiperatividade antes da intervenção, o que indica um maior espaço para a mudança e uma maior motivação parental para a mesma (Leijten, Raaijmakers et al., 2018). Especulamos ainda que, estes índices de hiperatividade mais elevados podem estar relacionados com o facto das habitações nestes espaços serem mais reduzidas, levando a uma maior restrição de espaço de brincar, fator essencial para o desenvolvimento global da criança (Gomes, 2010).

A existência ou não de um acordo com a entidade que fez a sinalização para o programa e o facto de a família beneficiar ou não de subsídios sociais não mostraram ter impacto significativo sobre os resultados o que, mais uma vez, demonstra que o programa AIBP pode beneficiar famílias com características muito diversas. Relativamente aos indicadores de desvantagem socioeconómica, neste caso usufruir de subsídios sociais, o resultado obtido está de acordo com o que afirma a literatura segundo a qual famílias que têm indicadores de desvantagem social, como rendimento baixo ou em situação de desemprego, beneficiam deste programa da mesma forma que as restantes, com a ressalva de que é necessário ter uma especial atenção à motivação e envolvimento das mesmas no programa (Berry et al., 2022; Gardner, 2019). Tendo em conta os objetivos do projeto Adélia, entre eles a promoção da participação e autonomia das crianças, assim como a sua saúde e bem-estar social e emocional (CNPDP CJ, 2018), e o facto de as entidades participantes acompanharem essencialmente famílias em desvantagem socioeconómica, o nosso resultado relativamente à inexistência de um efeito diferencial da

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

variável “acordo” é particularmente relevante, ao mostrar que o programa é igualmente eficaz para famílias que se encontram em acompanhamento por alguma entidade de apoio, nomeadamente CAFAPs, que foram as entidades mais envolvidas nesse projeto.

Na reflexão sobre o eventual impacto diferencial em função destas variáveis mais ligadas à presença de risco socioeconómico, é importante recordar que as análises da presente dissertação assentaram numa amostra de mães que completaram as duas avaliações, antes e após a intervenção, sendo que, nas mães que se “perderam” na segunda avaliação estão sobre representadas as que participaram no programa no âmbito de um acordo com uma entidade e as menos escolarizadas. Assim, a comparação entre as mães que preencheram a segunda avaliação e aquelas que não a preencheram leva-nos a crer que estas variáveis têm impacto sobre a *drop-out*, no sentido em que as mães que iniciaram o programa de forma espontânea e as que possuíam maior escolaridade tiveram maior probabilidade de o completar. Este resultado demonstra a importância de motivar estas mães no sentido de haver um maior envolvimento no programa (Berry, 2022), uma vez que, quando participam e completam o programa, os efeitos observados são tão positivos como nos casos de mães menos desfavorecidas.

Com a Pandemia Covid-19, o programa AIBP passou a ser aplicado também na modalidade *online* e mista. Nesse sentido, sendo o projeto Adélia o primeiro em Portugal em que estas novas modalidades foram testadas, tornou-se fundamental neste estudo compreender até que ponto a modalidade de aplicação se traduz ou não em diferenças nos resultados. Contudo, não foram encontradas diferenças significativas a este nível, o que vai ao encontro da literatura que evidencia que a modalidade *online* tem demonstrando a sua eficácia, da mesma forma que a aplicação presencial (Spencer et al., 2020), em outras intervenções de apoio à parentalidade. Apesar disto, a modalidade mista (em que algumas sessões tiveram lugar presencialmente e outras *online*) parece ser a que produz menos efeitos comparativamente com as outras duas, quer ao nível dos Problemas de Comportamento, quer do Comportamento Pró-Social, ainda que as diferenças encontradas estejam somente no limiar da significância estatística. Este resultado poderá ser compreendido pelo facto de a aplicação *online* diferir da presencial na forma como as dinâmicas são realizadas (Webster-Stratton, 2020), o que poderá tornar a aplicação mista menos coesa e coerente devido à maior variabilidade nos processos de aplicação.

Procurámos, finalmente, compreender a existência de um eventual efeito diferencial ligado à formação base dos dinamizadores. Contudo, não encontramos nenhuma diferença significativa entre os efeitos do programa dinamizado por um par em que ambos ou pelo menos um dos dinamizadores era psicólogo e pares em que nenhum era psicólogo, o que parece demonstrar que a formação base dos dinamizadores não tem impacto significativo naquilo que são os efeitos obtidos através do programa. Este resultado poderá ser enquadrado na capacitação dos dinamizadores no projeto Adélia, a qual envolveu a sua formação inicial de três dias por mentores altamente experientes e a supervisão obrigatória durante a aplicação do programa, por esses mesmos mentores (CNPDPJC, 2018). Além disso, poderá ser também compreendido pelo facto de outras características do dinamizador, como as suas qualidades interpessoais (e.g., interesse genuíno, empatia) e intrapessoais (e.g., objetividade, flexibilidade psicológica) terem um impacto mais significativo ao nível da aplicação do programa do que características objetivas, como a sua formação académica (Leitão, 2023).

VI - Conclusões

Ao longo do tempo, o programa AIBP tem mostrado a sua eficácia na transformação das práticas parentais e do comportamento infantil (Leijten, Gardner et al., 2018, Leijten et al., 2019; Seabra-Santos et al., 2019; Webster-Stratton, C., 2019). Na presente dissertação foi analisada a eficácia do programa, inserido no contexto específico do quarto eixo do projeto Adélia,

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

implementado pela CNPDPCJ (2018) com o objetivo de apoiar a parentalidade positiva com vista à promoção da participação e autonomia das crianças, assim como da sua saúde e bem-estar social e emocional. Através do presente estudo pretendeu-se, como primeiro objetivo, compreender a eficácia deste programa ao nível do comportamento e competências sociais das crianças, dois fatores essenciais para o bom desenvolvimento das mesmas, o que vai ao encontro dos objetivos do projeto Adélia. Os resultados obtidos reforçam a sua eficácia na redução de problemas de comportamento e no aumento das competências sociais, demonstrando a sua importância clínica e social.

No que se refere ao outro objetivo do nosso estudo, que implicava analisar em que condições e com quem é o programa mais eficaz, os resultados obtidos indicam que os rapazes retiraram um maior benefício, comparativamente às raparigas, o que pode ser explicado por serem estes quem demonstra um maior nível de dificuldades iniciais. Também as mães mais novas foram aquelas que demonstraram retirar mais benefícios da participação no programa, talvez porque são também elas que reportaram inicialmente um maior nível de dificuldade nos seus filhos. O risco inicial de problemas de comportamento mostrou estar também associado a uma mudança diferencial, uma vez que é possível concluir que crianças que iniciaram o programa em maior risco de desenvolver problemas de comportamento foram aquelas que mais beneficiaram do mesmo. Apesar destes resultados diferenciais, é fundamental destacar que o programa mostrou ser eficaz para uma grande variedade de famílias, de crianças e independentemente das modalidades de implementação, o que faz dele um programa acessível e benéfico para aqueles que nele participam, seja implementado na modalidade *online* ou presencial. Tendo em conta os objetivos do projeto Adélia é de destacar que a escolaridade e categoria profissional da mãe, a participação no âmbito de um acordo, auferir de benefício de subsídios sociais não tiveram impacto significativo naquilo que foi a diferença entre os resultados obtidos no pré e pós intervenção.

Não podemos terminar sem referir algumas limitações do nosso estudo. Uma limitação de fundo é tratar-se de um estudo exploratório, sem grupo de controlo. No contexto do projeto Adélia um desenho metodológico experimental não se adequava aos objetivos do projeto, uma vez que o princípio foi selecionar programas que já tivessem dado provas de eficácia e efetividade, como era o caso do programa AIBP.

Além disso, outra das limitações refere-se ao facto de não ter sido possível analisarmos o efeito da intervenção em todos os participantes que iniciaram o programa, uma vez que alguns deles não efetuaram as avaliações no segundo momento, o que pode indicar que, ou não concluíram o programa ou não completaram a segunda avaliação, havendo, ainda, casos em que foi a entidade que não aplicou ou não devolveu os questionários. Esta circunstância fez com que apenas tivessem sido incluídos na amostra do estudo cerca de 63% dos participantes que preencheram a avaliação no primeiro momento. Das análises efetuadas, foi possível compreender que as mães que “perdem” entre as duas avaliações possuíam menor escolaridade e frequentavam o programa no âmbito de um acordo, o que poderá ter influenciado a representatividade da amostra estudada e consequentemente, ter impacto nos resultados obtidos. Além disso, isto poderá ser indicador de que é necessário motivar mais estas mães, no sentido de as envolver no programa, nomeadamente através de estratégias como conhecer a família antes da intervenção, contactar com os pais que faltam às sessões, disponibilizar transporte ou apoio financeiro necessário para se deslocarem para o local da sessão, entre outras (Berry et al., 2022).

Uma outra limitação desta investigação prende-se com os valores da consistência interna das escalas do instrumento SDQ, os quais são aceitáveis para as escalas de Problemas Emocionais, Hiperatividade e Comportamentos Pró-Sociais, mas questionáveis para as escalas Problemas de Comportamento, Problemas com os Pais e no Total de Dificuldades. Futuros estudos devem recorrer, por este motivo, a instrumentos com maior consistência interna. Em condições de

Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

investigação ideais esta avaliação deveria ser completada com a observação direta da interação entre a criança e o seu/sua cuidador/a que participa no programa.

Finalmente, consideramos limitativo o facto de os nossos resultados se basearem apenas na perceção das mães/pais que participaram no programa. Seria interessante, em estudos futuros, avaliar a perceção de outros adultos que se relacionam com as crianças. No que se refere aos dinamizadores seria importante avaliar a sua fidelidade na aplicação do programa, assim como as suas competências relacionadas com o modelo colaborativo, quer intrapessoais, quer interpessoais.

Apesar das limitações expostas, e de outras relacionadas com o próprio tamanho restrito da amostra e com a impossibilidade de avaliar de forma mais direta outras características (e.g., rendimento do agregado familiar e/ou saúde mental dos participantes, principalmente níveis de depressão) o nosso estudo constitui-se como um contributo muito positivo para avaliar a efetividade do programa Anos Incríveis no contexto de um projeto público nacional, o projeto Adélia, que teve como principal objetivo a promoção da parentalidade positiva na ótica da promoção dos direitos das crianças.

Bibliografia

- Abreu-Lima, I., Alarcão, M., Almeida, A., Brandão, T., Cruz, O., Gaspar, M., & Santos, M. (2010). *Avaliação de intervenções de educação parental: Relatório 2007–2010*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Avalia%C3%A7%C3%A3o+de+Interven%C3%A7%C3%B5es+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+Parental/3adb734e-d851-40d0-bebd-12de4da307e9>
- Almeida, A. R. N. (2020). *Formação de profissionais no apoio à parentalidade: Quem, porquê e para quê?*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório Aberto da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/94487>
- Assembleia da República. (2013). *Lei n.º 139/2013, de 02 de Abril*. Diário da República, Série I-A, 64, 1942-1946. <https://dre.tretas.org/dre/308057/portaria-139-2013-de-2-de-abril>
- Associação Psiquiátrica Americana. (2013). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (5ª ed.). American Psychiatric Publishing. (Original publicado em 1952)
- Azevedo, A. F., Seabra-Santos, M. J., Gaspar, M. F. & Homem, T. C., (2013). The Incredible Years Basic parent training for Portuguese preschoolers with AD/HD Behaviors: Does it make a difference?. *Child Youth Care Forum*, 42, 403–424. <https://doi.org/10.1007/s10566-013-9207-0>
- Azevedo, A. F., Seabra-Santos, M. J., Gaspar, M. F., & Homem, T. C. (2015). Do Portuguese preschoolers with high hyperactive behaviors make more progress than those with low hyperactivity after parental intervention?. *Journal of Early Intervention*, 37(2), 119-137. <https://doi.org/10.1177/1053815115598006>
- Berry, V., Melendez-Torres, G. J., Axford, N., Axberg, U., de Castro, B. O., Gardner, F., Gaspar, F. G., Handegard, B. H., Hutchings, J., Menting, A., McGilloway, S., Scott, S., & Leijten, P. (2022). Does social and economic disadvantage predict lower engagement with parenting interventions? An integrative analysis using individual participant data. *Prevention Science*, 1-12. <https://doi.org/10.1007/s11121-022-01404-1>
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2008). Concordância parental sobre problemas de comportamento infantil através do CBCL. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 18, 317-330. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2008000200009>
- Camfield, L., Streuli, N., & Woodhead, M. (2009). What's the use of "well-being" in contexts of child poverty? Approaches to research, monitoring and children's participation. *The International Journal of Children's Rights*, 17, 65–10. <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/intjchr17&div=7&id=&page=>
- Campbell, S. B., Shaw, D. S., & Gilliom, M. (2000). Early externalizing behavior problems: Toddlers and preschoolers at risk for later maladjustment. *Development and Psychopathology*, 12, 467–488. <https://doi.org/10.1017/S0954579400003114>
- Chernyshenko, O. S., Kankaras, M., & Drasgow, F. (2018). *Social and emotional skills for student success and wellbeing: Conceptual framework for the OECD study on social and emotional skill* (OECD Education working papers). OECD Publishing.
- CNPDPJCJ. (2018). *Apresentação Projeto Adélia*. https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/15534/ad%C3%A9lia_apresenta%C3%A7%C3%A3o+projeto/a23ef188-db86-4779-8767-34d0ce4649ec
- CNPDPJCJ. (2018). *Projeto Adélia: Apoio à parentalidade positiva*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/19464/folheto/0ea4aa1e-e440-434c-932f-de6bc7ec8bd8>
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.

- Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning (2012). *CASEL guide: Effective social and emotional learning programs: Preschool and elementary school edition*. Author.
- Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning (2015). *CASEL guide: Effective social and emotional learning programs: Middle and high school edition*. Author.
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M., & Bornstein, M. H. (2000). Contemporary research on parenting: The case for nature and nurture. *American Psychologist*, 55(2), 218. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.55.2.218>
- Comissão de Ministros do Conselho da Europa (2006). *Instrumentos jurídicos do Conselho da Europa relativos às políticas de família e direitos das crianças*. Council of Europe. <https://rm.coe.int/16806a45f1>
- Coordenação Nacional para a Saúde Mental – CNSM (2008). *Plano nacional de saúde mental 2007-2016-Resumo executivo*. Coordenação Nacional para a Saúde Mental. <https://www.adeb.pt/files/upload/paginas/Plano%20Nacional%20de%20Saude%20Mental.pdf>
- Coutinho, I., Seabra-Santos, M., & Gaspar, M., F. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades?. *Análise Psicológica*, 30(4), 405-421. <https://doi.org/10.14417/ap.601>
- Despacho nº 921/2019. Diário da República, 2.ª série, nº 17, 24 de janeiro de 2019. Ministério da Educação e Ciência - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação, 3543-3548. <https://dre.pt/dre/detalhe/despacho/921-2019-118385204>
- Devaney, C., Christiansen, Ø., Holzer, J., MacDonald, M., Matias, M., Piessens, A., Salamon, E., & Kealy, C. (2021). *The conceptualisation and delivery of family support in Europe: A review of academic literature*. EurofamNet. [https://eurofamnet.eu/system/files/the conceptualisation and delivery of family support in europe 2.pdf](https://eurofamnet.eu/system/files/the%20conceptualisation%20and%20delivery%20of%20family%20support%20in%20europe%202.pdf)
- Direção Geral de Saúde. (2016). *Modelo de Governação a 2020 – Plano Nacional de Saúde e Programas de Saúde Prioritários: Apêndice – Orientações programáticas a 2020 (2ª Ed.)*. <https://pns.dgs.pt/files/2015/06/Plano-Nacional-de-Saude-Revisao-e-Extensao-a-2020.pdf.pdf>
- Direção Geral de Saúde. (2017). *Programa Nacional para a Saúde Mental 2017*. <https://www.dgs.pt/em-destaque/relatorio-do-programa-nacional-para-a-saude-mental-2017.aspx>
- Dodge, K. A., & Pettit, G. S. (2003). A biopsychosocial model of the development of chronic conduct problems in adolescence. *Developmental Psychology*, 39(2), 349–371. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.39.2.349>
- Dodge, K. A., Pettit, G. S., McClaskey, C. L., & Brown, M. M. (1986). Social competence in children. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 51, 1–85. <https://doi.org/10.2307/1165906>
- Dolan, P., Zegarac, N., & Arsic, J. (2020). Family support as a right of the child. *Social Work and Social Sciences Review*, 21(2), 8–26. <https://doi.org/10.1921/swssr.v21i2.1417>
- Domitrovich, C. E., Bradshaw, C. P., Greenberg, M. T., Embry, D., Poduska, J. M., & Ialongo, N. S. (2010). Integrated models of school-based prevention: Logic and theory. *Psychology in the Schools*, 47(1), 71–88. <https://doi.org/10.1002/pits.20452>
- Erskine, H. E., Norman, R. E., Ferrari, A. J., Chan, G. C., Copeland, W. E., Whiteford, H. A., & Scott, J. G. (2016). Long-term outcomes of attention-deficit/hyperactivity disorder and conduct disorder: A systematic review and meta-analysis. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 55(10), 841-850. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2016.06.016>

- Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024 (2020). *Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 18 de dezembro*. <https://files.dre.pt/1s/2020/12/24500/0000200022.pdf>
- Fleitlich, B., Loureiro, M., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2005). *Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ-Por)*. <https://www.sdqinfo.org/>
- Gardner, F., & Shaw, D. S. (2008). Behavioral problems of infancy and preschool children (0-5). In M. Rutter, D. Bishop, D. Pine, S. Scott, J. Stevenson, E. Taylor, & A. Thapar (Eds.), *Rutter's child and adolescent psychiatry* (pp. 882-893). <https://doi.org/10.1002/9781444300895.ch53>.
- Gardner, F., Connell, A., Trentacosta, C. J., Shaw, D. S., Dishion, T. J., & Wilson, M. N. (2009). Moderators of outcome in a brief family-centered intervention for preventing early problem behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 77*, 543-553. <https://doi.org/10.1037/a0015622>.
- Gardner, F., Hutchings, J., Bywater, T., & Whitaker, C. (2010). Who benefits and how does it work? Moderators and mediators of outcome in an effectiveness trial of a parenting intervention. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 39*, 568-580. <http://dx.doi.org/10.1080/15374416.2010.486315>
- Gardner, F., Leijten, P., Harris, V., Mann, J., Hutchings, J., Beecham, J., Bonin, E.-M., Berry, V., McGilloway, S., Gaspar, M., Seabra-Santos, M. J., de Castro, B. O., Menting, A., Williams, M., Axberg, U., Morch, W.-T., Scott, S., & Landau, S. (2019). Equity effects of parenting interventions for child conduct problems: A pan-European individual participant data meta-analysis. *The Lancet Psychiatry, 6*(6), 518-527. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30162-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30162-2).
- Gardner, F., Leijten, P., Melendez-Torres, G. J., Landau, S., Harris, V., Mann, J., Beecham, J., Hutchings, J., & Scott, S. (2019). The earlier the better? Individual participant data and traditional meta-analysis of age effects of parenting interventions. *Child Development, 90*(1), 7-19. <https://doi.org/10.1111/cdev.13138>
- George, D., & Mallery, P. (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference. 11.0 update* (4th ed.). Allyn & Bacon.
- Gomes, B. (2010). A importância do brincar no desenvolvimento da criança. *Cadernos de Educação de Infância, 90*, 45-46. <http://hdl.handle.net/10400.26/19042>
- Hutchings, J., Bywater, T., Davies, C., & Whitaker, C. (2006). Do crime rates predict the outcome of parenting programmes for parents of 'high-risk' preschool children? *Educational & Child Psychology, 23*(2), 15-23. <https://explore.bps.org.uk/content/bpsecp/23/2/15>
- Instituto da Segurança Social, I. P. (2007). *Políticas para a infância em Portugal na área da Segurança Social*. https://www.seg-social.pt/documents/10152/13326/pol%C3%ADticas_inf%C3%A2ncia_portugal_area_seguranca_social/84946f00-ddb4-4ce2-a027-ec64dfec5661/84946f00-ddb4-4ce2-a027-ec64dfec5661
- Instituto Nacional de Estatística (2010). *Classificação Portuguesa das Profissões*. <https://www.ine.pt/xurl/pub/107961853>
- Instituto Nacional de Estatística (2014). *Tipologia de Áreas Urbanas*. <https://smi.ine.pt/Versao/Detalhes/3485>
- Ivan, G., Da Roit, B., & Knijn, T. (2015). Children first? Changing attitudes toward the primacy of children in five European countries. *Journal of Family Issues, 36*(14), 1982-2001. <https://doi.org/10.1177/0192513X13519255>
- Jones, D. J., Forehand, R., Cuellar, J., Kincaid, C., Parent, J., Fenton, N., & Goodrum, N. (2013). Harnessing innovative technologies to advance children's mental health: Behavioral
- Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

- <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2012.11.003>
- Leijten, P., Gardner, F., Landau, S., Harris, V., Mann, J., Hutchings, J., Beecham, J., Bonin, E. & Scott, S. (2018). Research Review: Harnessing the power of individual participant data in a meta-analysis of the benefits and harms of the Incredible Years parenting program. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 59(2), 99-109. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12781>
- Leijten, P., Gardner, F., Melendez-Torres, G. J., Weeland, J., Hutchings, J., Landau, S., McGilloway, S., Overbeek, G., Van Aar, J., Menting, A., Orobio De Castro, B., Berry, V., Gaspar, M. F., Axberg, U., Morch, W. T., & Scott, S. (2019). Co-occurring change in children's conduct problems and maternal depression: Latent class individual participant data meta-analysis of the Incredible Years parenting program. *Development and Psychopathology*, 31(5), 1851-1862. <https://doi.org/10.1017/S0954579419001068>
- Leijten, P., Raaijmakers, M., Wijngaards, L., Matthys, W., Menting, A., Hemink-van Putten, M., & Orobio de Castro, B. (2018). Understanding who benefits from parenting interventions for children's conduct problems: An integrative data analysis. *Prevention Science* 19(4), 579-588. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5899103/>
- Leijten, P., Raaijmakers, M. A. J., Orobio de Castro, B., & Matthys, W. (2013). Does socioeconomic status matter? A meta-analysis on parent training effectiveness for disruptive child behavior. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 42, 384-392. <https://doi.org/10.1080/15374416.2013.769169>
- Leijten, P., Raaijmakers, M. A., Orobio de Castro, B., van den Ban, E., & Matthys, W. (2017). Effectiveness of the Incredible Years parenting program for families with socioeconomically disadvantaged and ethnic minority backgrounds. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 46, 59-73. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15374416.2015.1038823>
- Leijten, P., Scott, S., Landau, S., Harris, V., Mann, J., Hutchings, J., Beecham, J., & Gardner, F. (2020). Individual participant data meta-analysis: Impact of conduct problem severity, comorbid attention-deficit/hyperactivity disorder and emotional problems, and maternal depression on parenting program effects. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 59(8), 933-943 <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2020.01.023>
- Leitão, S. M., Francisco, R., Gaspar, M. F., & Seabra-Santos, M. J. (2023). The person within: Parents and professionals' views about the practitioner's role in a parenting program. *Journal of Child and Family Studies*, 32, 1452-1469. <https://doi.org/10.1007/s10826-023-02553-9>
- Littmarck, S., Lind, J., & Sandin, B. (2018) Negotiating parenting support: Welfare politics in Sweden between the 1960s and the 2000s. *Social Policy & Society*, 17(3), 491-502. <https://doi.org/10.1017/S1474746417000574>
- McGoron, L., & Ondersma, S. J. (2015). Reviewing the need for technological and other expansions of evidence-based parent training for young children. *Children and Youth Services Review*, 59, 71-83. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.10.012>
- McMahon, R. J., Wells, K. C., & Kotler, J. S. (2008). Conduct problems. In E. J. Mash & R. A. Barkley (Eds.), *Treatment of childhood disorders* (3rd ed., pp. 137-268). Guilford Press.
- Menting, A. T., de Castro, B. O., & Matthys, W. (2013). Effectiveness of the Incredible Years parent training to modify disruptive and prosocial child behavior: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 33(8), 901-913. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2013.07.006>
- Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and*

- Psychopathology*, 13(2), 355-375. <http://doi.org/10.1017/S0954579401002097>
- Pontoppidan, M. (2015). The effectiveness of the Incredible Years™ Parents and Babies Program as a universal prevention intervention for parents of infants in Denmark: Study protocol for a pilot randomized controlled trial. *Trials*, 16(1), 386. <https://doi.org/10.1186/s13063-015-0859-y>
- Ponzoni, E. (2015). Reframing cooperation: Challenges in overcoming tensions between professional services and volunteer organizations providing parenting support in immigrant communities. *Social Service Review*, 89(1), 40–76. <https://doi.org/10.1086/680044>
- Presnall, N., Webster-Stratton, C. H., & Constantino, J. N. (2014). Parent training: Equivalent improvement in externalizing behavior for children with and without familial risk. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 53(8), 879-887. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2014.04.024>
- Reinke, W. M., Herman, K. C., & Dong, N. (2018). The Incredible Years Teacher Classroom Management program: Outcomes from a group randomized trial. *Prevention Science*, 19(8), 1043-1054. <https://doi.org/10.1007/s1121-018-0932-3>
- Scott, S., Spender, Q., Doolan, M., Jacobs, B., & Aspland, H. (2001). Multicentre controlled trial of parenting groups for child antisocial behavior in clinical practice. *British Medical Journal*, 323, 191–194. <https://doi.org/10.1136/bmj.323.7306.194>
- Seabra-Santos, M. J., Azevedo, A. F., Homem, T. C., Sousa, D. S., Baptista, E., Pimentel, M., Major, S., & Gaspar, M. F. (2019). Promoção de parentalidade positiva nos cuidados de saúde primários: Formação de profissionais. *Psychology, Community & Health*, 8(1), 45-59. <http://doi.org/10.5964/pch.v8i1.257>
- Seabra-Santos, M. J., Gaspar, M. F., Azevedo, A. F., Homem, T. C., Guerra, J., Martins, V., & Moura-Ramos, M. (2016). Incredible Years parent training: What changes, for whom, how, for how long? *Journal of Applied Developmental Psychology*, 44, 93–104. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2016.04.004>
- Seabra-Santos, M. J., Gaspar, M. F., Homem, T. C., Azevedo, A., Silva, I., & Vale, V. (2016). Promoção de competências sociais e emocionais: Contributos dos programas Anos Incríveis. In A. M. Pinto & R. Raimundo (Eds.), *Avaliação e promoção de competências socioemocionais em Portugal* (pp. 227-260). Coisas de Ler.
- Sousa, D. S. N. D. (2016). *Formação sobre parentalidade nos Cuidados de Saúde Primários: Levantamento de necessidades e avaliação do impacto nas redes (in) formal dos profissionais* [Tese de mestrado, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório Aberto da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/87277>
- Spencer, C. M., Topham, G. L., & King, E. L. (2020). Do online parenting programs create change?: A meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 34(3), 364–374. <https://doi.org/10.1037/fam0000605>
- UN General Assembly (1989). *Convention on the Rights of the Child*, 20 November 1989, United Nations, Treaty Series, Vol. 1577, p. 3. <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/convention-rights-child>
- Webster-Stratton, C. (1982). Teaching mothers through videotape modeling to change their children's behaviors. *Journal of Pediatric Psychology*, 7, 279–294. <https://doi.org/10.1093/jpepsy/7.3.279>
- Webster-Stratton, C. (2011). *How to promote children's social and emotional competence*. Paul Chapman Publishing
- Webster-Stratton, C. (2015). The Incredible Years® series: A developmental approach. In M. J. Van Ryzin, K. L. Kumpfer, G. M. Fosco, & M. T. Greenberg (Eds.), *Family-based*
- Os pais como parte da solução: O impacto do programa Anos Incríveis no comportamento e competências sociais das crianças no contexto do Projeto Adélia

prevention programs for children and adolescents: Theory, research and large-scale dissemination. Psychology Press.

- Webster-Stratton, C., & Bywater, T. (2019). The Incredible Years® series: An internationally evidenced multimodal approach to enhancing child outcomes. In B. H. Fiese, M. Celano, K. Deater-Deckard, E. N. Jouriles, & M. A. Whisman (Eds.), *APA handbook of contemporary family psychology: Family therapy and training* (pp 343-359). American Psychological Association.
- Webster-Stratton, C., & Reid, M. (2010). The Incredible Years parents, teachers, and children training series: A multifaceted treatment approach for young children with conduct problems. In J. Weisz & A. Kazdin (Eds.), *Evidence-based psychotherapies for children and adolescents* (2nd ed., pp. 194–210). Guilford Publications.
- Webster-Stratton., C. (2020). *Hot tips for IY group leaders delivering the Incredible Years video parent programs via on-line tele-sessions.* <https://incredibleyearsblog.wordpress.com/2020/08/24/hot-tips-for-iy-group-leaders-delivering-child-programs-online/>
- Weeland, J., Chhangur, R. R., van der Giessen, D., Matthys, W., de Castro, B. O., & Overbeek, G. (2017). Intervention effectiveness of The Incredible Years: New insights into sociodemographic and intervention-based moderators. *Behavior Therapy*, 48(1), 1-18. <https://doi.org/10.1016/j.beth.2016.08.002>